

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Paulo Rui Rodrigues Araújo

Impactes da economia social no concelho de Ponte de Lima análise à criação de emprego e fixação/atração de residentes



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Paulo Rui Rodrigues Araújo

Impactes da economia social no concelho de Ponte de Lima análise à criação de emprego e fixação/atração de residentes

Dissertação do Mestrado
para obtenção de grau de Mestre em Economia Social

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Orlando Petiz Pereira

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Dedicatória

À minha companheira de todos os momentos e de todas as jornadas, Mônia Grácio, e aos meus filhos João Paulo e Antônio Augusto, que são a minha inspiração e porto de abrigo. Convosco eu consigo tudo o que eu quiser!

Ao meu Pai José Araújo e à minha Mãe, Fátima Rodrigues, com sabedoria e inteligência divina, me estruturaram para uma vida simples, feliz e cheia de significado.

A todos o meu obrigado

Agradecimentos

A gratidão anda lado a lado com a felicidade, e neste momento de felicidade, em que alcanço mais uma meta no meu caminho, quero agradecer a todos os que dele fizeram, fazem e farão parte.

Agradeço a todo o corpo docente do Mestrado pela forma como envolveram e transmitiram conhecimentos, sem eles esta etapa não seria alcançada.

Ao meu orientador, Professor Doutor Orlando Petiz Pereira, pela disponibilidade, orientação e exigência, que, a cada encontro, permitiu melhorar o projeto inicial deste trajeto.

Reconheço e agradeço a cooperação de todos os Centros Paroquiais e Sociais, Associações Particulares e à Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima. A compreensão do Sr. Provedor, Dr. Alípio de Matos, que permitiu todas as minhas necessidades de ausência, além de todo o incentivo ao alcance desta meta.

Agradeço ao Sr. Alves Pereira, ao Hugo Pereira, ao Márcio Maia e ao Pedro Macedo, exemplos do que representa a verdadeira amizade.

Aos meus afilhados, Luís Pedro, Afonso e Ivo Júnior, que embora com pouco tempo disponível, estão sempre comigo em pensamento.

Quero agradecer de um modo particular à minha família por estarem presentes em todos os momentos. Aos meus pais por me transmitirem todos os bons ensinamentos, pela dedicação e, pelo incentivo para que eu vá cada vez mais longe. Aos meus sogros pelo suporte, presença e apoio constante. À minha irmã Anita, ao Davide e à minha prima Isabel Vilaverde pela disponibilidade. Ao meu cunhado Ivo e à Carla por terem contribuído para que fosse possível os meus filhos terem sempre apoio nas minhas ausências.

Por fim, um agradecimento muito especial, à minha companheira de bons e maus momentos, ao meu grande suporte e fonte de inspiração, a minha esposa Mónia Grácio, se eu hoje aqui cheguei devo-to a ti. E, aos meus filhos, João e António, que me ensinaram o que é sentir o nosso coração noutra peito, obrigada pelo amor, pela compreensão na ausência, pela força transmitida a cada sorriso, pelos seres maravilhosos que são.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

“Impactes da economia social no concelho de Ponte de Lima - análise à criação de emprego e fixação/atração de residentes”

Resumo

A propagação de instituições particulares de solidariedade social em Portugal na última década do século passado, fenómeno que também se verifica no concelho de Ponte de Lima, é a motivação para o presente estudo.

A presença institucionalizada da assistência aos pobres e da ação social no concelho de Ponte de Lima remonta a 2 de agosto de 1530, inicialmente preconizada pela Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.

A assistência social abrange agora um vasto leque de instituições e respostas sociais presente em 15 das 39 freguesias do concelho, com a proliferação do seu aparecimento a dar-se na última década do século passado e início do presente.

O estudo, além de pretender quantificar o emprego criado e a variação de residentes nas freguesias onde estão presentes estas instituições, analisa ainda a evolução deste ao nível etário, das qualificações e do género dos trabalhadores do setor para o período compreendido entre 1995 e 2017. A análise estende-se à evolução histórica das respostas sociais presentes nas IPSS's, nomeadamente da sua capacidade de resposta.

No sentido de se verificar este impacto junto dos agentes económicos e políticos locais, propõe-se ainda a comparação entre os resultados apurados e as perceções destes.

Palavras chave: Economia social, emprego, IPSS, terceiro sector.

“The impact of Social economy in Ponte de Lima’s county – analysis to Job creations and fixation/atraction of residents”

Abstract

The propagation of private institutions of social solidarity in Portugal in the last decade of the past century, a situation which is also verified in Ponte de Lima’s County, is the motivation to this study.

The institutionalized presence of assistance to the poor and also of social action in Ponte de Lima’s County goes back to the second of August of 1530, initially set up by the “Santa Casa da Misericordia” of Ponte de Lima.

The social assistance includes a wide range of Institutions and social responses in 15 of the 39 parishes of the County, with its spreading taking place in the last decade of the last century and in the beginning of the present one.

This study, besides aiming to quantify the amount of jobs created and the variation of residents in all parishes where these institutions are present, it also analyses the evolution from the age level, the qualifications and gender of the workers in this sector from 1995 to 2017.

This analysis reaches the historical evolution of the social responses present in the “IPSS’S”, mainly in its response capacity.

Wanting to verify this impact with the local economic and political agents, we also propose a comparison between the results achieved and the perception of the same.

Key words: IPSS, jobs, social economy, third sector.

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| Dedicatória..... | iii |
| Agradecimentos..... | v |
| Resumo..... | vii |
| Abstract..... | ix |
| Lista de Siglas e Abreviaturas | xiii |
| Índice de Quadros | xv |
| Índice de Figuras..... | xv |
| Índice de Gráficos..... | xv |
| | |
| 1. Introdução | 19 |
| | |
| 2. Revisão de literatura | 23 |
| 2.1. Abordagem introdutória | 23 |
| 2.2. Economia social, terceiro setor e economia solidária..... | 23 |
| 2.3. Organizações da economia social | 28 |
| 2.4. Conclusão | 29 |
| | |
| 3. O caso das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) | 31 |
| 3.1. Abordagem introdutória | 31 |
| 3.2. Evolução das IPSS..... | 31 |
| 3.3. Constituição e registo de IPSS..... | 32 |
| 3.4. Impactos sócio-económicos das IPSS..... | 34 |
| 3.5. As respostas sociais em Portugal..... | 34 |
| 3.6. Conclusão | 39 |
| | |
| 4. Economia social e criação de emprego..... | 41 |
| 4.1. Abordagem introdutória | 41 |
| 4.2. Emprego..... | 41 |

| | |
|--|-----------|
| 4.3. O terceiro setor na Europa | 43 |
| 4.4. A economia social e seus efeitos locais | 46 |
| 4.5. Conclusão | 50 |
| 5. Ponte de Lima, terra rica da humanidade | 53 |
| 5.1. Abordagem introdutória | 53 |
| 5.2. Evolução da ação social em Ponte de Lima | 53 |
| 5.3. Breve análise demográfica | 56 |
| 5.4. Conclusão | 58 |
| 6. Metodologia | 59 |
| 6.1. Método de investigação | 59 |
| 6.2. Amostra | 60 |
| 7. Dados e resultados | 61 |
| 7.1. Abordagem introdutória | 61 |
| 7.2. Dados | 61 |
| 7.3. Resultados..... | 62 |
| 8. Discussão | 83 |
| 9. Conclusões, limitações e desafios futuros | 87 |
| Bibliografia..... | 89 |
| ANEXOS..... | 95 |
| Anexo A - IPSS com respostas sociais no concelho de Ponte de Lima..... | 97 |
| Anexo B - Emprego remunerado na economia social em comparação com o emprego remunerado total na União Europeia, 2014-2015 | 98 |

| | |
|--|-----|
| Anexo C - Evolução do emprego remunerado na economia social na Europa, 2002-2003, 2009-2010 e 2014-2015..... | 99 |
| Anexo D - Evolução da população em freguesias sem presença de IPSS (2001-2011) | 100 |
| Anexo E - Questionário..... | 101 |
| Anexo F - Dados evolução colaboradores (1995 – 2017)..... | 104 |
| Anexo G - Dados evolução de utentes (1995 – 2017)..... | 105 |
| Anexo H – Média das respostas aos questionários (Escala de 1 a 5) | 106 |

Índice de Quadros

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Terceiro setor vs economia social vs economia solidária | 27 |
| Quadro 2 – Evolução do reconhecimento das IPSS | 32 |
| Quadro 3 – Legislação fundamental para a constituição de IPSS | 33 |
| Quadro 4 – Respostas sociais | 36 |
| Quadro 5 - Distribuição de respostas sociais por distrito e tipo..... | 37 |
| Quadro 6 - Taxa de crescimento das respostas sociais por distrito e tipo (2000-2015) | 38 |
| Quadro 7 - Planos de ação à promoção da economia social na União Europeia | 44 |
| Quadro 8 - Respostas sociais de IPSS's em Ponte de Lima 2018 | 55 |
| Quadro 9 - Indicadores demográficos (2001-2011-2017) | 56 |
| Quadro 10 - Variação de indicadores demográficos (2001-2011)..... | 57 |
| Quadro 11 - Variação da população residente em freguesias com IPSS's (2001-2011) | 63 |

Índice de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Reconhecimento do conceito de economia social na União Europeia | 43 |
| Figura 2 - Impactos do desenvolvimento local e inclusão social..... | 49 |
| Figura 3 - Dispersão geográfica de IPSS's em Ponte de Lima | 54 |

Índice de Gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Entidades não lucrativas detentoras de equipamentos sociais..... | 39 |
| Gráfico 2 – Distribuição de respostas | 61 |
| Gráfico 3 – Evolução do número de respostas sociais (1995-2017)..... | 65 |
| Gráfico 4 – Distribuição de respostas sociais por tipo de instituição (2017) | 66 |
| Gráfico 5 – Evolução do número de utentes (1995-2017) | 67 |

| | |
|---|----|
| Gráfico 6 – Distribuição de utentes por tipo de resposta social | 68 |
| Gráfico 7 – Evolução dos postos de trabalho nas IPSS's (1995-2017) | 69 |
| Gráfico 8 – Distribuição de colaboradores por tipo de IPSS (2017) | 70 |
| Gráfico 9 – Evolução de colaboradores nas IPSS's por género (1995-2017) | 71 |
| Gráfico 10 – Evolução de colaboradores por faixa etária (1995-2017) | 72 |
| Gráfico 11 – Evolução estrutura etária das IPSS's (1995-2017)..... | 73 |
| Gráfico 12 – Evolução das habilitações literárias dos colaboradores 1995, 2005, 2017 | 74 |
| Gráfico 13 – Perceções globais do impacto das IPSS 's nas freguesias..... | 76 |
| Gráfico 14 – Perceções dos presidentes de junta do impacto IPSS 's nas freguesias | 77 |
| Gráfico 15 – Perceções dos presidentes de junta do impacto IPSS's nas freguesias - análise por margem do rio Lima..... | 78 |
| Gráfico 16 – Perceções globais dos responsáveis de IPSS 's acerca do impacto nas freguesias | 79 |
| Gráfico 17 – Perceções globais dos responsáveis de empresas do impacto das IPSS's nas freguesias80 | |
| Gráfico 18 – Comparação das perceções entre grupos acerca do impacto das IPSS's nas freguesias81 | |

Lista de Siglas e Abreviaturas

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CD – Centro de Dia

CDSS – Centro Distrital de Segurança Social

CESE – Comité Económico e Social Europeu

CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

CIRIEC - Centre international de recherches et d'information sur l'économie
publique, sociale et cooperative

CRC – Creche

CSES – Conta Satélite da Economia Social

EIPSS – Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

IP – Instituto Público

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

JINF – Jardim Infantil

LIJ – Lar de Infância e Juventude

ONG – Organizações Não Governamentais

PEA – Programa de Emergência Alimentar

PIB – Produto Interno Bruto

RLIS – Rede Local de Intervenção Social

RS – Respostas Sociais

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

VAB – Valor Acrescentado Bruto

1. Introdução

A crescente presença de instituições representativas do terceiro setor no concelho de Ponte de Lima foi o mote para o estudo que apresentamos. A perceção de uma presença desenvolvida e abrangente de respostas sociais alargada a 15 freguesias, num total de 39 no concelho, já é relevante.

Torna-se desafiante perceber qual o desenvolvimento que traz às freguesias a presença crescente destas instituições e conhecer qual o seu impacto ao nível local.

O presente estudo, denominado *Impactes da Economia Social no Concelho de Ponte de Lima*, pretende responder à seguinte questão central: *No concelho de Ponte de Lima tem contribuído a economia social para a criação de emprego e para a fixação de residentes?* No seguimento de tal questão surge uma outra: *Qual a perceção dos agentes económicos locais?*

A análise será efetuada através de duas vertentes:

- i) criação de emprego diretamente por estas instituições e com origem nestas;
- ii) fixação/atração de residentes nas freguesias com presenças de IPSS.

Em função da questão central definida, o objetivo geral do estudo é conhecer o impacto socioeconómico deste conjunto de instituições ao nível local, tendo como objetivos específicos:

- i) quantificar o número de empregos diretos criados, a sua evolução ao nível do género, faixa etária e nível de habilitações no período 1995 a 2017;
- ii) mensurar a evolução dos utentes por resposta social no período 1995 a 2017;
- iii) medir a variação de residentes nesta área geográfica, para o período 1995 a 2017;
- iv) comparar os valores apurados com a perceção dos agentes económicos locais, nomeadamente órgãos de poder local, empresários e dirigentes de IPSS.

Na procura de respostas recorro aos quadros teóricos da economia social, da sua evolução e da evolução do aparecimento das IPSS em Portugal. A sua relação com as alterações demográficas, com a criação de emprego pelas instituições da economia social tendo como principal propósito apreciar a proliferação de respostas sociais no concelho de Ponte de Lima.

Os motivos do alargamento destas respostas sociais, o impacto socioeconómico das mesmas ao nível local e o seu contributo para o bem-estar das freguesias são respostas que pretendemos conhecer com detalhe. Por isso, o estudo visa a investigação sobre o impacto desta proliferação ao nível do emprego e do desenvolvimento local, nomeadamente através da análise da criação de emprego direto e

indireto, quantificando o número de postos de emprego criados a nível direto no concelho de Ponte de Lima.

Analizamos também a evolução da fixação de residência por parte dos cidadãos locais, bem como da atração de novos residentes, quantificando-a. Ao mesmo tempo fazemos a comparação entre estes dados quantificáveis e as percepções dos agentes económicos e políticos locais, nomeadamente órgãos de poder, empresários e representantes de instituições do terceiro setor.

A análise de dados económicos, nomeadamente a dos relatórios sociais e financeiros das instituições, será a nossa fonte base para quantificar a criação de emprego por estas desde a década de 1995 até 2017, bem como a identificação de quais os principais fornecedores do setor, por forma a constituir a nossa amostra no sentido de quantificar o impacto destas instituições na sua atividade. Também recorreremos à realização de questionários. O método científico a utilizar será o quantitativo tendo por objetivo a obtenção de dados quantificáveis, que nos permitam conclusões, que afirmem a percepção dos agentes económicos e políticos locais em relação à presença do terceiro setor nas freguesias.

Tendo como base o exposto, o presente estudo está delineado em nove capítulos.

O segundo aborda os conceitos e a evolução da economia social, do terceiro setor e da economia solidária. Procura-se dar uma visão sobre os conceitos de que se fala, da sua abrangência e das suas instituições.

O terceiro capítulo apresenta o surgimento das instituições particulares de solidariedade social na sociedade portuguesa, a evolução da sua forma jurídica e o peso na economia do país. Releva-se o incremento das suas respostas sociais disponibilizadas com “Acordos de Cooperação” com a Segurança Social.

No quarto apresenta-se a análise do quadro teórico do impacto do terceiro setor na criação de emprego, no desenvolvimento local e inclusão social, enfatizando a evolução da importância deste, no contexto dos 28 Estados da União Europeia, bem como as principais políticas por estes implementadas ao nível da economia social.

No quinto apresenta-se o concelho de Ponte de Lima, as suas características territoriais e demográficas, bem como da crescente e abrangente presença de IPSS e respostas sociais neste.

No sexto capítulo, apresentamos a metodologia a utilizar na prossecução do estudo, pretendendo especificar a forma de recolha e tratamento de informação, com vista à obtenção de dados capazes de nos proporcionarem conclusões assertivas e concisas no que ao *impacte da economia social em Ponte*

de Lima diz respeito. Dados que são revelados no sétimo capítulo, explorando os mesmos e enquadrando-os na discussão atual da economia social e desenvolvimento local. No oitavo analisamos os resultados obtidos refletindo sobre os mesmos.

No nono, expomos as principais conclusões, limitações e desafios futuros que o presente estudo releva e revela, seguido da Bibliografia utilizada e anexos.

2. Revisão de literatura

2.1. Abordagem introdutória

Neste capítulo pretende-se, através de literatura consultada, estabelecer a base teórica do estudo que se apresenta. Assim, com a revisão da literatura no âmbito da economia social, do terceiro setor e da economia solidária, procura-se explicar e analisar os pontos convergentes e divergentes dos conceitos, observar a sua evolução e crescente importância, os impactos e desafios das alterações demográficas e sociais, que estão na origem da crescente importância e peso das instituições deste sector. Também se identificam os principais serviços e respostas sociais existentes em Portugal e sua evolução, enfocando os conceitos de emprego e desenvolvimento local que ao nível da União Europeia, também se tornam cada vez mais relevantes, o que se denota nas suas políticas globais e nos quadros comunitários de apoio disponibilizados.

2.2. Economia social, terceiro setor e economia solidária

A noção de economia social está cada vez mais presente no quotidiano, porque a frequência com que se ouvem referências a esta realidade é crescente. Também começa a ser familiar a evocação dos termos como “economia solidária” e “terceiro setor”. Por tal facto é interessante explorar tais conceitos e sublinhar diferenças e semelhanças, encontros e desencontros, que entre os mesmos podem existir.

Se, por um lado, se procura distanciar o conceito de economia social de atividades ligadas à intervenção social, às instituições do terceiro setor, às organizações sem fins lucrativos e à economia solidária, a ligação desta a estes setores é intrínseca.

A economia social é o conjunto de todas estas instituições e movimentos, sendo uma questão de semântica o termo com que nós pretendemos identificar o setor, pois o fundamental é a realidade socioeconómica em que se insere prevalecendo o distanciamento quer do Estado quer dos mercados, sem nunca os colocar de lado, mas distinguindo-se na sua intervenção (Caeiro, 2008).

A economia social e o terceiro setor confundem-se, sendo que vários autores analisam este de formas diferentes, mas ao mesmo tempo com um objetivo comum, o bem-estar coletivo.

O terceiro setor é apresentado como sendo privado, no entanto não procura o lucro individual, não é público no sentido que não depende do Estado, é assim uma estrutura independente mantendo

relações sistémicas com o sector público e privado, mas promovendo e criando bens de impacto coletivo com benefícios particulares para todos os que deles beneficiam (Donatti, 1997).

A abrangência da economia social pauta-se pelos princípios da universalidade, na medida que procura proporcionar aos mais carenciados respostas e soluções, que de outra forma não teriam acesso.

A expressão economia social é a mais abrangente em Portugal, mas “economia solidária” e “terceiro setor” também relevam uma enorme consistência, evidenciando-se como as mais capazes de concorrer com a expressão “economia social”. No entanto, realce-se que “terceiro setor” tem as suas raízes na tradição anglo-saxónica “...da benemerência, predominantemente protagonizada por entidades de tipo fundacional ou associativo, fortemente envolvidas por uma atmosfera de solidariedade social de claro pendor caritativo e beneficente” (Namorado, 2017). Neste conceito as organizações que compõem a economia social têm a particularidade de fornecer serviços de carácter humano, tais como saúde, educação e alimentação de que de outra forma os seus beneficiários não teriam acesso (Franco, 2002). A ação de tais organizações repercute-se no conjunto de movimentos e estruturas que procuram dar respostas económico-sociais aos vários dilemas que advém das falhas de mercado, e sobretudo privilegiam os excluídos e mais fragilizados com maior exposição a estas falhas de mercado, por isso também muitas vezes se associa o conceito de economia social ao conceito de economia solidária.

As organizações da economia social têm uma preocupação central que passa por dar respostas primárias aos mais necessitados, mas também com respostas sociais que permitam uma sociedade mais salutar e equilibrada. Estas organizações são diversas, tais como as cooperativas, as mutualidades e associações, as fundações, as misericórdias, os centros sociais e paroquiais que estão entre os que mais se distinguem.

Em Portugal muitas daquelas organizações possuem a forma jurídica de instituições particulares de solidariedade social (IPSS). São grupos de pessoas que se constituem com estatutos jurídicos específicos que visam objetivos comuns de bem-estar coletivo.

A emergência da economia social remonta ao século XIX, onde o termo “economia social” é provavelmente referido pela primeira vez em 1830 por Charles Denoyer aquando da sua publicação do Tratado de Economia Social, no seguimento deste desenvolveu-se uma corrente heterogénea de economistas sociais franceses (CIRIEC, 2007). De acordo com Caeiro (2008), a evolução da economia social pode ser estruturada em 5 intervalos temporais, que apresentamos da seguinte forma:

- i) Num primeiro período que vai do pós-revolução francesa até à tentativa de tomada de Paris (1850);

- ii) um segundo período marcado pela intervenção do Papa Leão XVI;
- iii) um terceiro período que inicia em 1900 e termina no final da 2ª Guerra Mundial;
- iv) um quarto período que contempla a Golden Age na Europa e termina após o 1º Choque Petrolífero;
- v) por fim, o pós 1976.

A história da evolução da economia social demonstra que esta assume importância em tempos de crise e é subalternizada em períodos de expansão e bonança, situação que foi dirimindo ao longo dos tempos, pois a importância da economia social encontra-se bem representada na proliferação de instituições que a ela estão afetas. Desta evolução podemos também constatar que as organizações de economia social se encontram sempre presentes na comunidade, formal ou informalmente as comunidades organizam-se tão logo sejam chamadas a intervir, respondem de forma pronta e solidária, com uma enorme capacidade de disposição. Neste sentido se difere os conceitos de economia social e economia solidária, pois sendo conceitos muito próximos é esta formalidade ou a falta dela que mais as distingue na sua intervenção.

Segundo Laville (2005) a economia social e solidária não é concebida a partir de uma identidade comum preexistente, pelo que, do ponto de vista teórico, a economia social e a economia solidária não se devem confundir, tratam-se de conceitos ligados, sendo necessária uma união entre os dois.

A economia social e solidária tem o prisma de uma economia plural, combinando reciprocidade, redistribuição e mercado, é um desafio à recusa da supremacia dos mercados sobre as pessoas, colocando-se o ser humano acima de todos os interesses, prevalecendo o coletivo sobre o individual e a comunidade sobre a austeridade dos mercados.

Em Portugal a primeira visão de economia social e solidária surge num contexto em que muitas pessoas viviam abaixo do limiar da pobreza, no século XV (Mourão, 2007).

As misericórdias surgem em 1498 fundadas pela rainha D. Leonor, sendo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a primeira a ser implementada no país, confirmada por bula do Papa Alexandre VI. Estas têm uma expansão rápida pelo país por ação do Rei D. Manuel I, que pretende uma organização na assistência à pobreza e um controlo mais eficaz desta. Porém, ao mesmo tempo espalharam-se pelo império, demonstrando a adesão das populações a este novo projeto, nomeadamente das elites (Reis, 1997).

Os princípios de ajuda ao próximo, de dar alimentação e vestir os pobres, auxiliar os doentes, os peregrinos, os presos, os cativos proteger os mais frágeis, como era o caso das mulheres e das crianças, mas também dos velhos, e dirimir as desigualdades sociais, eram os seus principais objetivos.

Em 2013 é aprovada a Lei de Bases da Economia Social definindo como seus princípios orientadores, o primado das pessoas e do social, a adesão livre, a democracia e autonomia na gestão, a orientação para a confluência de interesses em busca de objetivos comuns, a prevalência de valores como a solidariedade, a igualdade, a coesão social, a justiça, a equidade, a transparência, a responsabilidade partilhada e subsidiária, e a afetação de excedentes de acordo com o interesse geral das organizações que a compõem.

Procura-se, assim, dar forma legal ao que ao longo dos tempos as comunidades de forma organizada, através do seu altruísmo foram desenvolvendo, sempre com uma preocupação presente: o bem-estar coletivo.

O seguinte quadro resume as origens, princípios, características e principais diferenças entre terceiro setor e economia social e entre esta e economia solidária.

Da análise ao quadro 1 podemos constatar que economia social é o conceito mais antigo dos que apresentamos, sendo que tanto economia social, como economia solidária tem origens francófonas, sendo que terceiro setor tem origem anglo-saxónica.

Quadro 1 – Terceiro setor vs economia social vs economia solidária

| | Terceiro Setor | Economia Social | Economia Solidária |
|---------------------|--|---|--|
| Génese | 1970 Anglo-saxónico | 1830 Francófona | 1975-1999 Francófona |
| Princípios | Assistência Não Lucrativo Filantropia Resposta a Necessidades Sociais | Prestação Serviços à Comunidade Prioriza Eficiência Produtiva e Distributiva Propriedade Coletiva Geração de Riqueza Coletiva | Ajuda Mútua (Mutualismo) Cooperação Igualdade de Direitos Gera Trabalho e Rendimento |
| Caraterísticas | Formal Privado Independente Participação Voluntária Não distribuição de lucros Maior consenso a nível internacional | Formal Privado Autonomia de Gestão Controlo Democrático pelos membros Distribuição de benefícios pelos cooperantes Primazia das pessoas sobre o Capital | Informal Individual, Familiar, Comunitário Autonomia de Gestão Gestão Democrática Posse Coletiva - Os meios são de quem trabalha |
| Diferenças vincadas | Exclui Cooperativas, mutualidades e empresas sociais por terem fins lucrativos | Inclui Cooperativas, mutualidades e empresas sociais, sobre a premissa de primazia de pessoas sobre o Capital | |
| | | “A diferença situa-se nos conteúdos semânticos dos termos economia, social e político, usados pelos primeiros num sentido amplo e pelos segundos com um significado muito específico” (Lechat, 2002, p. 134). | |

Fonte: Construção própria, tendo por base Vieira et al. (2015)

Conforme se pode retirar através da leitura mais detalhada do quadro 1, são elencados os seus principais princípios, características e diferenças dos conceitos. Assim, os princípios são muito semelhantes, sendo a sua preocupação pelo coletivo, a não priorização do lucro, a assistência à comunidade, a resposta a necessidades sociais transversal a todos, entre outros.

Relativamente às suas características, também se apresentam como idênticas, tais como o carácter privado, a independência da gestão, a participação voluntária e a primazia das pessoas que todos apresentam nos seus quadros teóricos.

Ao nível das diferenças, estas residem na exclusão por parte do terceiro setor da distribuição de excedentes, preconiza que todos são reinvestidos no sector, enquanto a economia social prevê a

eficiência produtiva e distributiva tendo sempre presente o princípio primazia das pessoas sobre o capital. Sendo que a economia solidária se constitui como informal onde impera igualdade de direitos e posse sobre os bens, tem um carácter mais específico na sua ação do que a economia social que se torna mais abrangente no seu conceito.

Dos diferentes termos que apresenta a literatura em Portugal, o termo economia social é o mais comum. Assim, nós, neste trabalho, quando falamos de economia social estamos-nos também a referir ao terceiro setor.

De acordo com Eduardo Graça (2015) há um conjunto de palavras chave que distinguem a economia social e o identificam relativamente ao setor público e privado com fins lucrativos, que resumimos assim:


- i) Rede, caracterizada pelas ligações e forma como se unem as pessoas para o encontro de soluções coletivas;
- ii) Comunidade, onde atua e para quem atuam as organizações da economia social;
- iii) Cooperação e Solidariedade, valores que norteiam as organizações da economia social.

2.3. Organizações da economia social

A economia social é assim composta por organizações que visam acima de tudo o bem-estar comum, numa base equitativa, de livre adesão e autonomia de decisão onde todos os membros têm voto igual, são democraticamente organizadas e tem por objetivo satisfazer as necessidades dos seus membros e do mercado com a produção de bens e prestação de serviços, sem objetivo de alcance de excedentes.

As organizações da economia social são as linhas que compõem a *rede* referenciada por Graça (2018), são estas organizações que reúnem inúmeros intervenientes, que entre si interagem e criam laços capazes de impactar e contribuir para a superação de obstáculos do dia a dia.

Em Portugal as organizações mais comuns neste setor social e previstas na Lei de Bases da Economia Social são:

-  As cooperativas, que estão presentes em Portugal desde 1858, sendo a Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas, considerada a primeira cooperativa portuguesa;

- ✚ As associações mutualistas, ou por mutualidades, sendo a primeira associação mutualista portuguesa a Sociedade dos Artistas Lisbonenses, de 1838;
- ✚ As misericórdias, como referenciado anteriormente, tem o seu reconhecimento no final do século XV, com forte ligação à Igreja. Organizam-se coletivamente pela União das Misericórdias Portuguesas, com cerca de 381 Misericórdias ativas em Portugal (CASES);
- ✚ As fundações são pessoas coletivas reguladas no Código Civil, distinguem-se das outras organizações dado não existir um controlo democrático das mesmas, devido à ausência de membros;
- ✚ As instituições particulares de solidariedade social (IPSS), estatuto que pode ser atribuído a todas as organizações da economia social, mediante as particularidades que aprofundaremos no capítulo seguinte.

Estas organizações são os intérpretes locais da economia social, pondo em prática na sua ação todos os princípios e valores preconizados por esta.

2.4. Conclusão

O capítulo que agora finda realçou a evolução da economia social e as distinções entre esta, o terceiro setor e a economia solidária, evidenciando-se as diferenças e campos comuns em que atuam, podendo confundir-se com tantas semelhanças, mas com aspetos diferenciadores que nos permitem enquadrar em qual estamos inseridos. O alcance da ação das organizações da economia social, a sua presença na sociedade portuguesa constatam-se relevantes, sendo fulcral para o presente estudo o aprofundar do conceito de IPSS, a sua ação, a sua presença e o seu alcance, explorando posteriormente o mesmo no concelho em estudo.

3. O caso das instituições particulares de solidariedade social (IPSS)

3.1. Abordagem introdutória

A análise às IPSS, à sua origem e evolução, aos seus princípios, à sua importância, peso na economia atual e serviços que prestam, nomeadamente através das respostas sociais, são os pontos que abordaremos no presente capítulo.

O decreto-lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro elenca as IPSS como organizações sem finalidade lucrativa, constituída por particulares com objetivos de solidariedade e justiça, prestação de serviços de apoio aos mais diferentes níveis, sejam eles de educação, apoio à terceira idade, integração, habitação ou saúde (Caeiro, 2008).

3.2. Evolução das IPSS

As IPSS caracterizam um conjunto forte de agentes de desenvolvimento social e local. A sua constituição e organização estão previstas na Constituição da República Portuguesa de 1976, que em relação às entidades privadas de proteção social, estabelece a existência de "instituições particulares de solidariedade social", associando estas instituições ao sistema de segurança social.

Em 1979 assiste-se à aprovação dos estatutos das IPSS caracterizando as mesmas, estatuto que foi revisto em 1983 com o intuito de alargar o âmbito de ação das mesmas. Foram excluídas deste diploma as cooperativas de solidariedade e só viriam a ser enquadradas legalmente em 1996 (Lei 72/96). As Associações de Socorros Mútuos, devido às suas especificidades, foram enquadradas num diploma específico (Código das Mutualidades – Decreto-Lei n.º 72/90).

As IPSS com finalidades de educação foram regulamentadas pelo Decreto de Lei n.º 860/91, sendo só incluídas no âmbito da cooperação com os Centros Regionais de Segurança Social, assim como as denominadas cooperativas de utentes, no que se refere à educação e integração socioeconómica (Despacho Normativo n.º 75/92).

Segundo Teixeira, no novo estatuto (Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro) simplificaram-se e delimitaram-se as funções de tutela do Estado e “desenvolveu-se, por este modo, o processo de autonomização das instituições e de distanciamento do velho regime de tutela administrativa das antigas instituições particulares de assistência”.

Da leitura do quadro 2 constatamos a evolução da sua abrangência de simples instituições sem fins lucrativos de solidariedade social, para prestadores de serviços ao nível de saúde, educação e habitação, sempre com o reforço da sua generosidade e carácter privado e voluntário.

Quadro 2 – Evolução do reconhecimento das IPSS

| Ano | Legislação | Introdução de Características | Princípios |
|------|--|---|--|
| 1976 | Constituição República Portuguesa Artigo 63º | Instituições sem carácter lucrativo de Solidariedade Social | Proteção à família, Infância, Juventude, Deficientes e Terceira Idade |
| 1979 | Decreto Lei n.º 519-G2/79, 29 de Dezembro | Facultar Serviços ou Prestações de Segurança Social | |
| 1983 | Revisão Estatutos IPSS | Saúde, Educação, Habitação | Criadas por privados com o dever moral de solidariedade e justiça entre indivíduos |
| 1996 | Decreto Lei 72/90 | Introdução de Associações de Socorro Mútuo | Intervenção do voluntariado social organizado |
| | Decreto Lei 72/96 | Introdução de Cooperativas de Solidariedade | Resposta a necessidades sociais, resposta na generosidade |

Fonte: *Elaboração própria, por recurso a Teixeira (1996)*

3.3. Constituição e registo de IPSS

O fim altruísta e atividades no seio das comunidades locais demonstram a importância e relevância destas instituições. A sua alargada esfera de ação ao nível social, substituindo, mas ao mesmo tempo atuando em parceria com o Estado procura responder a um alargado número de carências locais.

A constituição de IPSS, o seu registo, a sua personalidade jurídica, o seu âmbito de ação e autonomia que muitas vezes é influenciada por limitações financeiras, condicionando esta ação e afetando a sustentabilidade e vigência destas. Como exemplo podemos referir as misericórdias com mais de 500 anos ao serviço da sociedade e outras IPSS que ao final do primeiro ano já não reúnem condições para dar continuidade à sua atividade, com todas as implicações sociais que desta situação advêm.

No quadro seguinte apresentamos um resumo com os passos principais e legislação aplicável à constituição de uma IPSS, com enfoque nos artigos relevantes do estatuto das instituições particulares de solidariedade social, bem como das palavras e conceitos chave a ter presente.

Quadro 3 – Legislação fundamental para a constituição de IPSS

| Artigo 1º | Artigo 2º | Artigo 3º | Artigo 8º |
|--|---|---|---|
| <p>Caraterísticas: Iniciativa Privada Sem Finalidade Lucrativa Dever Moral de Solidariedade e Justiça</p> | <p>Forma: Associações de solidariedade social Associações de voluntários de ação social</p> | <p>Personalidade Jurídica: Escritura Pública Identificar quotas, donativos ou serviços que contribuem para o Património Social Denominação Identificar Fim Sede Forma de funcionamento</p> | <p>Registo: Registo Junto da Tutela para solicitar o Estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública Responsabilidade de atribuição da Direção Nacional de Segurança Social Direito a Atribuição de Benefícios Fiscais Encargos de Apresentação de contas e cooperação com a Administração Pública.</p> |
| <p>Missão: Apoio a crianças e jovens Apoio à família Apoio à integração social e comunitária Proteção na velhice e invalidez e em situações de falta ou diminuição de bens de subsistência ou de capacidade de trabalho Promoção e proteção de saúde, prestação de medicina preventiva, curativa e de reabilitação Educação e formação de cidadãos Resolução de problemas habitacionais das populações</p> | <p>Associações de socorros mútuos Fundações de solidariedade social Irmandades da Misericórdia Uniões Federações Confederações</p> | <p>Artigo 10º Decreto Lei 119/83, Estatutos devem conter: Denominação Sede Âmbito e ação Fins e atividades Composição e competência dos órgãos gerentes Forma de designação da gerência Regime financeiro CDSS - Modelos disponíveis</p> | <p>Artigo 4º Acordos de Cooperação Após Registo estão habilitadas à concessão direta de prestações em equipamentos e serviços à população, comparticipados por parte do Instituto de Segurança Social</p> |

Fonte: *Elaboração própria com base no EIPSS*

Esta abordagem global a todas as necessidades da comunidade é impactante, mas tendo presente as dificuldades de financiamento, a sua missão é claramente condicionada, encontrando-se a sua esfera de ação e o seu alcance influenciados pelos objetivos de terceiros, sendo importante sublinhar que tem de facto uma missão alargada, mas um quadro financeiro ainda limitativo que restringe a sua subsistência em grande parte a fundos disponibilizados pelo Estado via Instituto da Segurança Social.

3.4. Impactos sócio-económicos das IPSS

De acordo com os resultados da Conta Satélite da Economia Social (CSES), no ano 2013, num universo de mais de 61 268 organizações de economia social, existiam 5584 organizações detentoras do estatuto de IPSS, destas a sua maioria assumem a forma jurídica de associação sem fim lucrativo (84,72%), seguindo-se as misericórdias (6,95%), as fundações (3,94%), as mutualidades (1,92%) e as cooperativas (2,44%).

A atividade desenvolvida por estas IPSS centra-se sobretudo na ação social com um peso de 76,38% no global das atividades promovidas, que quando comparado com os dados de 2010 verificamos um incremento de quase 12 pontos percentuais no peso destas face ao global das atividades desenvolvidas.

De referir que as IPSS, de acordo com os dados CESES em 2013, representaram 1,753 milhões de euros em remunerações e 130.476 postos de emprego com horário completo, refletindo nestes números, as IPSS representam apenas 9,11% do total das organizações da economia social, no entanto representam 60,4% do total de emprego remunerado, mas apenas 44,1% das remunerações do sector.

3.5. As respostas sociais em Portugal

Atualmente em Portugal, a oferta de serviços sociais é assegurada principalmente pelas organizações da economia social, sendo que muitos dos serviços que num passado bem recente estavam sob a responsabilidade do Estado foram transferidos para a égide de IPSS tais como o rendimento social de inserção, vulgo RSI, e as redes locais de intervenção social, também conhecidas como RLIS.

As respostas sociais (RS) são atividades e serviços da responsabilidade da Segurança Social destinados a crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência ou que se encontrem em condições de necessidade de apoio social (Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março e republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março).

A economia social tem tido desafios importantes devido às mudanças económicas e sociais que têm acontecido nas últimas décadas e que vêm alterando a forma de as sociedades se organizarem, é também neste contexto que assistimos a uma proliferação e adaptação das respostas sociais disponibilizadas pelas organizações da economia social com a comparticipação do Estado, vinculada através de protocolos de cooperação celebrados com o Instituto da Segurança Social.

A transformação a que assistimos na sociedade, com a velocidade que a informação circula, a própria transformação de valores sociais, a globalização e a reposição do Estado, privilegiando resultados económicos e gerando falhas de mercado, deram uma importância relevante e crescente à economia social refletindo-se também na atuação das organizações que a compõem.

Além das alterações referenciadas não se pode dissociar a multiplicação de RS no país da assinatura do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, dia a partir do qual e até agora as RS passaram a assumir uma importância social e económica muito relevante junto das comunidades em que se inserem (Mendes, 2018).

Como consequência do aumento da importância e peso da presença da mulher no mercado de trabalho, do crescimento do nível de esperança de vida das populações gerando um envelhecimento acelerado, da alteração da estrutura familiar e de uma nova forma de organização da sociedade com concentração dos mais jovens nos centros urbanos, assistimos claramente a uma alteração nas políticas e estruturas sociais de apoio à população. No que se refere às crianças e aos idosos, estas alterações são ainda mais evidentes, pois existe um aumento da tendência aos pais de filhos e filhos de pais terem necessidade de apoio durante o seu período laboral.

A esta alteração no modo de vida da sociedade associa-se uma redução do papel do Estado, quer na economia quer na sociedade, sendo sobre as organizações da economia social que recai o papel de responder às necessidades emergentes.

No âmbito dos Protocolos de Cooperação com o Instituto da Segurança Social, as IPSS apresentam como respostas sociais mais comuns as que apresentamos no quadro 4. Estas respostas, dividem-se em:

- i) Apoio aos jovens, nomeadamente os lares de infância e juventude, as creches e o jardim de infância;
- ii) Apoio aos idosos, as estruturas residenciais para idosos, o centro de dia e os serviços de apoio domiciliário;
- iii) Apoio aos mais carenciados, rendimento social de inserção, rede local de intervenção social e cantina social;
- iv) Apoio à estabilização e recuperação de doentes com a rede de cuidados continuados de saúde.

As respostas sociais procuram responder essencialmente às necessidades que resultam das alterações na sociedade, com impacto nos grupos mais vulneráveis. O quadro seguinte apresenta com detalhe as respostas sociais mais frequentes.

Quadro 4 – Respostas sociais

| Sigla | Objetivo |
|--------------|---|
| CD | Acolhimento e apoio em horário diurno a idosos oferecendo um conjunto de serviços e atividades destinadas ao bem-estar dos utentes. |
| SAD | Proporciona aos seus utentes a visita de técnicos que os apoiam nas tarefas diárias nos seus domicílios. |
| UCCI | Missão contribuir, numa perspetiva integrada, para o processo ativo de recuperação e manutenção global dos seus utentes, prestando cuidados de saúde e de apoio social de qualidade |
| PEA | Disponibilização de refeições subsidiadas |
| RSI, RLIS | Serviços que foram convencionados às IPSS numa lógica de intervenção articulada e integrada com as entidades públicas |
| CRC, JINF | Assegura o apoio às crianças e a educação pré-escolar no período do dia em que os seus encarregados de educação se encontram ocupados |
| LIJ | Acolhe, educa e integra socialmente jovens que são encaminhados pela Segurança Social, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e pelos Tribunais Tutelares de Menores |
| ERPI | Vulgarmente conhecidos por lar de idosos, estão dependentes da Segurança Social que através de Protocolos de Cooperação determina as regras gerais de acesso a estas. |

Fonte: Elaboração própria com base no CNIS

Conforme podemos aferir no quadro 4, as respostas sociais (RS) procuram o apoio a grupos mais necessitados, nomeadamente os já referenciados pais de filhos e filhos de pais, no apoio que recebem ao nível da educação dos seus filhos e a acomodação dos seus pais quer em ERPI, quer em CD, mas também como disponibilização do SAD.

Para os mais carenciados há apoios ao nível do RSI, da RLIS e do PEA soluções que permitem maior dignidade na condução e reabilitação social dos seus beneficiários.

A UCCI permite um apoio ao nível de saúde que o Serviço Nacional de Saúde não está preparado para suportar, pois na sua génese não estava previsto os cuidados continuados a doentes, nem tão pouco estava previsto uma esperança média de vida de 83 anos.

Quadro 5 - Distribuição de respostas sociais por distrito e tipo (Um.: Unidades)

| Distritos | Creche | Centro de Atividades Ocupacionais | Lar Residencial | Centro de Dia | Estrutura Residencial Idosos | Serviço de Apoio Domiciliário | Totais |
|------------------|---------------|--|------------------------|----------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|---------------|
| Aveiro | 216 | 31 | 23 | 146 | 126 | 169 | 711 |
| Beja | 33 | 5 | 6 | 50 | 67 | 63 | 224 |
| Braga | 212 | 30 | 22 | 124 | 155 | 213 | 756 |
| Bragança | 27 | 6 | 7 | 79 | 100 | 91 | 310 |
| Castelo Branco | 59 | 10 | 10 | 129 | 98 | 146 | 452 |
| Coimbra | 138 | 24 | 18 | 160 | 134 | 185 | 659 |
| Évora | 53 | 11 | 9 | 88 | 101 | 78 | 340 |
| Faro | 129 | 10 | 8 | 61 | 81 | 79 | 368 |
| Guarda | 49 | 14 | 9 | 180 | 135 | 204 | 591 |
| Leiria | 127 | 18 | 18 | 116 | 153 | 137 | 569 |
| Lisboa | 655 | 87 | 56 | 242 | 396 | 334 | 1770 |
| Portalegre | 42 | 6 | 7 | 71 | 79 | 69 | 274 |
| Porto | 399 | 71 | 37 | 199 | 223 | 297 | 1226 |
| Santarém | 95 | 15 | 14 | 132 | 164 | 151 | 571 |
| Setúbal | 240 | 23 | 13 | 106 | 137 | 115 | 634 |
| Viana do Castelo | 52 | 18 | 5 | 54 | 61 | 84 | 274 |
| Vila Real | 55 | 9 | 5 | 50 | 74 | 109 | 302 |
| Viseu | 92 | 21 | 16 | 99 | 134 | 183 | 545 |
| TOTAL | 2.673 | 409 | 283 | 2.086 | 2.418 | 2.707 | 10.576 |

Fonte: GEP, Carta Social - <http://www.cartasocial.pt>

A Carta Social de 2015 refere a existência de 10 576 respostas sociais em Portugal, das quais 68,18% destinadas a idosos e apenas 31,82% destinadas a jovens, o que releva bem o nível de envelhecimento do país. Relevar ainda que os distritos mais urbanos, Lisboa, Porto, Braga, Coimbra e Setúbal temos uma concentração de 47,70% destas respostas.

A relevância destes dados assume importância quando comparados com os dados da Carta Social referentes ao ano 2000, o que corrobora as alterações que se vivem na sociedade e a necessidade crescente de respostas sociais, tendo presente as alterações já referenciadas no que respeita à crescente importância da mulher no emprego, ao envelhecimento da população e à urbanização das famílias.

Quadro 6 - Taxa de crescimento das respostas sociais por distrito e tipo (2000-2015)

| Distritos | Creche | Centro de Atividades Ocupacionais | Lar Residencial | Centro de Dia | ERPI | Serviço Apoio Domiciliário | TOTAL |
|------------------|---------------|--|------------------------|----------------------|---------------|-----------------------------------|----------------|
| Aveiro | 35,00% | 40,91% | 91,67% | 47,47% | 90,91% | 98,82% | 60,14% |
| Beja | 57,14% | 25,00% | 500,00% | 19,05% | 59,52% | 36,96% | 43,59% |
| Braga | 59,40% | 57,89% | 144,44% | 58,97% | 89,02% | 62,60% | 67,26% |
| Bragança | 28,57% | 100,00% | 250,00% | -4,82% | 104,08% | 35,82% | 37,78% |
| Castelo Branco | 13,46% | 100,00% | 150,00% | 16,22% | 164,86% | 22,69% | 37,80% |
| Coimbra | 56,82% | 26,32% | 20,00% | 31,15% | 78,67% | 32,14% | 43,57% |
| Évora | 20,45% | 10,00% | 80,00% | 22,22% | 102,00% | 23,81% | 39,34% |
| Faro | 59,26% | 11,11% | 60,00% | 12,96% | 62,00% | 58,00% | 47,79% |
| Guarda | 6,52% | 40,00% | 200,00% | 17,65% | 92,86% | 63,20% | 45,21% |
| Leiria | 71,62% | 50,00% | 80,00% | 110,91% | 91,25% | 71,25% | 82,96% |
| Lisboa | 95,52% | 102,33% | 60,00% | 6,61% | -0,50% | 64,53% | 42,63% |
| Portalegre | 16,67% | 100,00% | 250,00% | 10,94% | 68,09% | 11,29% | 28,04% |
| Porto | 104,62% | 121,88% | 164,29% | 64,46% | 95,61% | 149,58% | 106,05% |
| Santarém | 102,13% | 7,14% | 250,00% | 32,00% | 70,83% | 49,50% | 57,73% |
| Setúbal | 53,85% | 130,00% | 225,00% | 11,58% | 44,21% | 51,32% | 45,41% |
| Viana do Castelo | 67,74% | 50,00% | 150,00% | 54,29% | 125,93% | 78,72% | 77,92% |
| Vila Real | 34,15% | 200,00% | 400,00% | 8,70% | 174,07% | 62,69% | 63,24% |
| Viseu | 58,62% | 320,00% | 300,00% | 47,76% | 109,38% | 112,79% | 91,90% |
| TOTAL | 65,10% | 74,04% | 114,39% | 28,45% | 64,60% | 62,39% | 56,77% |

Fonte: GEP, Carta Social - <http://www.cartasocial.pt>

No período compreendido entre 2000-2015, verificamos um crescimento no número global de respostas sociais de 56,77%, mais 3 830 unidades de resposta social, sendo que as maiores variações se verificam nas creches e nos centros de atividades ocupacionais 65,10% e 74,04% respetivamente, comprova que cada vez mais crianças são entregues aos cuidados de respostas sociais no período laboral.

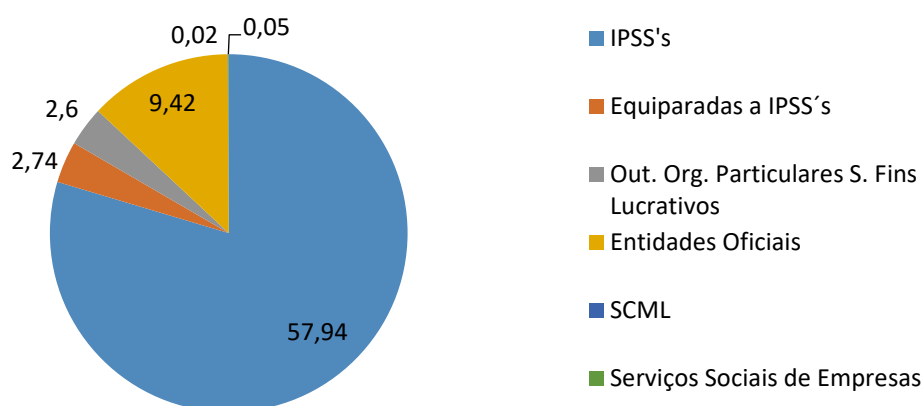
Lar de idosos e serviços de apoio domiciliário variam 64,60% e 62,39 %, respetivamente o que reforça a necessidade destes serviços por parte dos idosos, quer pela deslocação para os centros urbanos de famílias que origina muitos idosos ficarem sem retaguarda familiar, quer pelo aumento do número de idosos em consequência do aumento do nível de longevidade das populações.

No que à urbanidade diz respeito, não obstante as elevadas taxas de variação de respostas verificadas em todos os distritos do país, constatamos que nas zonas urbanas se verificara um

crescimento acentuado ao nível das creches, Porto incrementa a resposta social em 104,62%, Lisboa em 95,52%, com curiosamente Lisboa a reduzir o número de lares de idosos em 0,50%.

Realçar que nas zonas mais rurais as variações a nível de lares de idosos são acentuadas nomeadamente Bragança, com variação de 104,08%, Viana do Castelo 125,93%, Castelo Branco 164,86% e Vila Real 174,07%, o que vem mais uma vez demonstrar as alterações que se verificam na sociedade atual com a saída dos mais jovens para os grandes centros urbanos.

Gráfico 1 – Entidades não lucrativas detentoras de equipamentos sociais (%)



Fonte: Carta Social 2015, pág. 11

A variação de respostas sociais implica também uma variação positiva do número de organizações da economia social, nomeadamente de IPSS, assim de acordo com a Carta Social de 2015 o número de entidades proprietárias de equipamento sociais variou positivamente num total de 6 500 entidades no período de 2000-2015.

No global das entidades detentoras de equipamentos sociais 73% não apresentam fins lucrativos, sendo que as IPSS representam a esta data 57,94% destas entidades, relevando bem a importância destas instituições na economia social.

3.6. Conclusão

No presente capítulo abordamos a forma e presença das IPSS's, desde o seu aparecimento, evolução até à legislação em vigor, o que evidencia o reconhecimento por parte dos governantes da importância e utilidades destas.

Constatamos também o peso destas na economia portuguesa e os serviços por estas prestadas, relevando de acordo com os dados CESES em 2013, representaram 1,753 milhões de euros em remunerações e 130 476 postos de emprego com horário completo

A evolução da necessidade de respostas sociais no país fica bem evidenciada na expansão que é demonstrada ao longo do capítulo refletindo um incremento de 10 576 unidades no período de 2000 a 2015 correspondendo a um crescimento de 56,77%

As IPSS são, sem dúvida, atores fundamentais na área social na atualidade, a sua expansão está associada às alterações demográficas, à importância da mulher no mercado de trabalho e às migrações dentro do país. Daí se ter sublinhado a sua preponderância na sociedade dos nossos dias. Podemos, por isso, afirmar que a economia social tem ganho relevância e se tem adaptado às exigências da sociedade atual, assiste-se mesmo a uma proliferação da sua presença principalmente na oferta de serviços quer para idosos, quer para crianças e jovens (Nicolau & Simaens, 2008).

Para o estudo em causa importa ainda realçar no presente capítulo que as IPSS representam apenas 9,11% do total das organizações da economia social, no entanto representam 60,4% do total de emprego remunerado.

4. Economia social e criação de emprego

4.1. Abordagem introdutória

A análise à evolução do emprego criado pelas instituições do terceiro setor é um dos focos do presente estudo.

Neste capítulo faremos o enquadramento teórico desta temática e ainda observaremos a crescente relevância deste na União Europeia. A notoriedade do conceito de economia social na Europa, a evolução dos postos de trabalho remunerado neste setor, bem como as principais políticas praticadas na sua promoção serão alvo de análise.

4.2. Emprego

Na sequência da importância dada aos movimentos crescentes no que à presença de organizações de economia social diz respeito, torna-se pertinente analisar o seu impacto económico, a sua força económica e perceber a contribuição destas na criação de emprego e desenvolvimento local.

Importa antes de mais salientar que o principal objetivo da economia social não é o desenvolvimento local, não é a criação de emprego, o primordial objetivo é a resposta a necessidades da população causadas por falhas de mercado, o que conseqüentemente gera criação de emprego, desenvolvimento e inclusão social ao nível local, ou seja não sendo o principal objetivo, passa por ser um objetivo e meta.

As entidades e indivíduos que estão na esfera da economia social, tem objetivo de satisfação de necessidades de altruísmo, e não referimos apenas aos voluntários, mas também aos empregados (Westlund, 2003), absorvido em função do quotidiano das instituições que representam.

Esta visão é completada por Vasco Almeida em 2011, que na sua tese de doutoramento acrescenta que a economia social quando executa determinadas políticas de promoção de emprego está a contribuir para a criação deste e como tal a prosseguir com este objetivo. Esta é potenciadora de criação de emprego e os seus agentes tem contribuído para a satisfação desta necessidade por parte dos indivíduos, bem como para absorver mão de obra em situações de menor desempenho económico na economia.

O fenómeno do desemprego provoca perturbações aos indivíduos, pois este tem como objetivo sustentar um melhor estatuto social, ser reconhecido pela sociedade como alguém útil e não com um excluído (Schnapper, 1997). Assim, podemos inferir que o emprego, assume um foco importante na

ação governativa dos Estados, sendo um indicador de avaliação da situação económica de determinado país. As políticas de emprego são, muitas vezes, levadas a cabo por entidades do terceiro setor através da adoção de estratégias que impulsionam a criação de emprego que tanto o sector público, como o privado não conseguem criar ou manter (Ramos, 2011).

O crescimento do emprego associado ao terceiro setor é objeto de estudo de Westlund e Westerdahl, 1997. Estes autores desenvolvem três hipóteses por forma a explicar tal crescimento, que nós apresentamos da seguinte forma:

- ✚ Hipótese 1: O emagrecimento dos sectores público e privado cria um espaço para o aparecimento de um terceiro setor absorvedor de mão-de-obra;
- ✚ Hipótese 2: (*the influence hypothesis*) refere-se à transformação das organizações da economia que assistimos desde a década de 80, com predomínio dos mercados sobre as pessoas e interrogações sobre as receitas do setor público que estão na origem do crescimento do terceiro setor;
- ✚ Hipótese 3: centra-se no capital social que se encontra inveterado ao nível local e regional, influenciando os atores sociais, as suas redes e estratégias. Nesta hipótese enquadra-se as políticas regionais da União Europeia que tem proporcionado, com as suas políticas de regionalização, novas formas de atuação a nível local, promovendo a evolução do desenvolvimento a este nível.

Assim se percebe a importância da economia local e regional na promoção do desenvolvimento sustentado das suas regiões e na melhoria sócio económica da condição de vida das suas populações (Ramos, 2011).

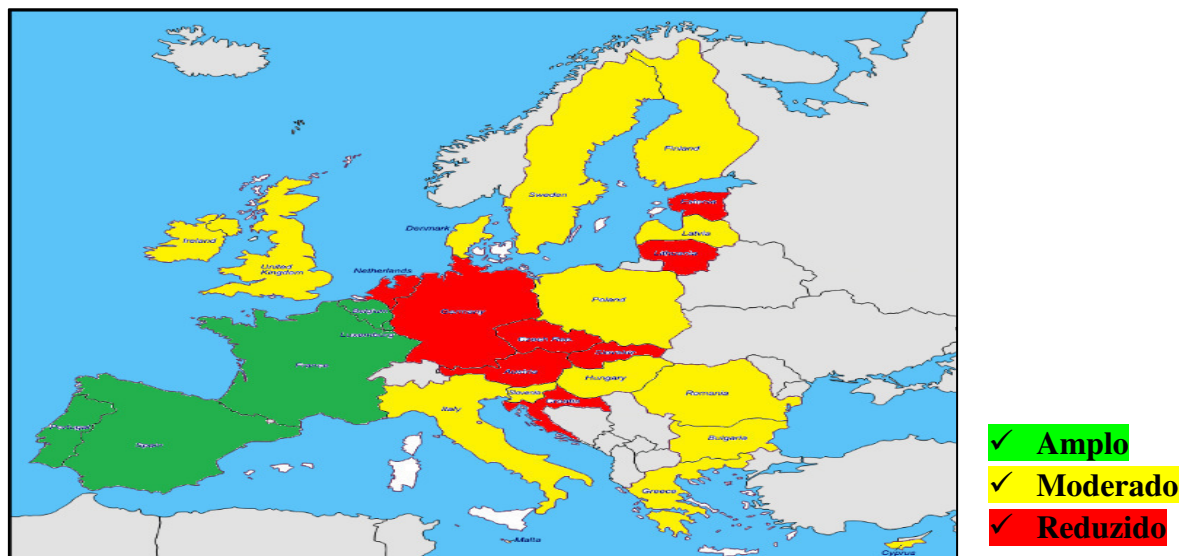
Segundo Campbell (1999) desenvolvimento local surge associado ao crescimento do terceiro setor, esta relação surge atendendo aos objetivos e ações que lhe estão subjacentes:

- i) O objetivo de partilha de lucro pela comunidade, reforçando o seu compromisso com esta e com o esforço de corrigir as falhas de mercado e desigualdades sociais.
- ii) O foco no incremento do bem-estar coletivo, promovendo a proximidade relacional, consequentemente envolvendo mais agentes nas ações e decisões locais.
- iii) A capacidade de atuar de forma inovadora, promovendo a equidade e a ética no desenvolvimento integrado e sustentado.

4.3. O terceiro setor na Europa

Ao analisarmos o relatório elaborado pelo Comité Económico e Social Europeu sobre a evolução recente da economia social na União Europeia, constatamos que é um conceito já aceite e amplamente reconhecido em 5 dos 28 Países que a compõem, estando Portugal neste conjunto, sendo que é de reduzido conhecimento em 10 dos 28 Estados membros, entre os quais se inclui a Alemanha e Estados mais do leste Europeu e antiga Jugoslávia, onde ainda imperam conceitos como “setor do voluntariado”, “sector sem fins lucrativos”.

Figura 1 – Reconhecimento do conceito de economia social na União Europeia



Fonte: Elaboração própria com base no Relatório CES de Chaves & Monzón ((2018)

O mapa que podemos analisar na figura 1 reflete uma forte implementação do conceito na parte mais ocidental da Europa, sendo que na Alemanha e países limítrofes o reconhecimento é o menor. Nos países do norte da Europa verificamos um reconhecimento moderado do conceito de economia social.

De salientar a existência de vários países da U.E. com planos nacionais de expansão da economia social no período de 2011 a 2016, o quadro abaixo representa os planos em curso nos diferentes países.

Quadro 7 - Planos de ação à promoção da economia social na União Europeia

| Países | Plano de Ação |
|-------------|--|
| Bulgária | Plano de ação para a economia social (2014-2015; 2016-2017) |
| Polónia | Programa Nacional para a Economia Social. Criação do Comité Nacional para o Desenvolvimento da Economia Social; |
| Portugal | Acordo nacional entre o governo e o setor social («Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário»); |
| Roménia | Solidar – Apoio à consolidação do programa de economia social, no âmbito do POCU: Programa Operacional para o Capital Humano |
| Espanha | Programa nacional de fomento da economia social e POISES – Programa operacional para a inclusão social e a economia social – FSE 2014-2020 |
| Suécia | Programa plurianual para apoiar as empresas sociais de integração laboral, levado a cabo pelo Ministério do Trabalho em conjunto com o Ministério das Empresas |
| Reino Unido | The Compact, o acordo entre o governo e o setor do voluntariado e comunitário. Criado em 1998, estabelece um modo de funcionamento que melhora a relação entre as duas partes em benefício mútuo |

Fonte: *Elaboração própria com base no Relatório CES de Chaves & Monzón (2018)*

Esta análise revela a importância que assume a economia social e as suas organizações no contexto global.

A importância da economia social reflete-se nos indicadores que apresenta no seio da União Europeia, assegurando mais 13,6 milhões de empregos remunerados representando 6,3% da população ativa na Europa, mais de 82,8 milhões de voluntários, mais de 2,8 milhões de entidades e empresas (CESE, 2017).

Em países como Bélgica, França, Itália e Luxemburgo pode-se verificar que o emprego na economia social representa valores entre os 9% e os 10% da população ativa, já em países como a Eslovénia, Roménia, Malta e Lituânia este sector não emprega mais de 2% da população ativa.

Em Portugal os dados do Eurostat em 2015 apontavam para 5% da população ativa empregada neste sector, em 2013 a Conta Satélite para a Economia Social apresentava o sector como representado 6% do emprego remunerado no país (Ver Anexo B).

Ainda como resultado da análise ao Estudo do CESE, constatamos um decréscimo do emprego no período 2010/2015 em 3,6% no global da União Europeia, sendo as maiores variações negativas verificadas na Suécia -61,4%, Polónia -38,3% e Bulgária -32,4%.

As maiores variações positivas verificam-se em Croácia 74,5%, Luxemburgo 57,3% e Eslovénia 51%, em Portugal a variação neste período é de -14%. No entanto na análise temos de ter presente a situação de período de crise económica vivida em 2010 e de recuperação em 2015, o que potencia um aumento do emprego remunerado e conseqüentemente uma redução do peso do emprego no sector da economia social no total do emprego. Contudo, com uma análise a um período mais alargado, verifique-se de 2002 a 2015, e aí apenas 8 países verificaram variações negativas tais como República Checa, Polónia, Reino Unido, Irlanda, Lituânia, Eslováquia, Suécia e Dinamarca.

Constatam-se crescimentos muito elevados em países como Bélgica +30,78%, Alemanha +22,92% com 2 635 980 empregados remunerados neste sector, França + 16,34%, para um total de 2 372 812 empregados remunerados, Itália +30,53% total de 1 923 745 empregados remunerados neste sector, Espanha +35,79% para um total de 1 358 401 empregados, o que se atendermos a estes 5 países estamos a falar em 85% de toda a população portuguesa, releva bem a importância deste sector em termos de impacto económico e social. Em Portugal a variação líquida de emprego remunerado no sector da economia social no período de 2002 a 2015 foi de 5 013 postos de trabalho, verificando-se uma variação de + 2,32% para o período (Ver Anexo C).

Segundo Zimmer (2000), o sector das entidades sem fins lucrativos, na Alemanha, é uma força económica que contribui expressivamente para as despesas nacionais e para os níveis de emprego. Por sua vez, Hopkins (2010) constata que o terceiro sector é uma significativa componente da economia do Reino Unido. Em Portugal o CSES apresenta que em 2013, a economia social, contribui em 2,8% para a criação de riqueza na economia portuguesa (VAB).

Para se proceder a uma análise do emprego na economia social é essencial ter em atenção dois aspetos: a importância desta em termos de emprego nas economias europeias; e o papel desempenhado pelas suas organizações na luta contra o desemprego (Bidet, 2006). Isto é, o impacto no mercado de trabalho não está apenas relacionado com os postos de emprego que este abrange diretamente (empregados) mas também através das suas capacidades em atenuar as consequências negativas da falta de trabalho, atuando sobre as falhas de mercado conforme defende, criando estruturas que apoiem a criação de emprego.

Os estudos de Campbell (1999) e Almeida (2011) realçam dois níveis de análise do emprego na economia social. Estes defendem que o impacto no mercado de trabalho não se analisa somente pelos empregos diretamente criados, mas também pela capacidade em gerar empregos indiretos, uma das características da economia social é o baixo nível salarial dos empregados deste sector, emprega muitas pessoas, mas com um baixo nível salarial.

Ao nível do impacto direto, as organizações da economia social promovem postos de trabalho aquando da prestação de serviços e da produção de bens, tal como qualquer outra empresa privada.

Ao nível do impacto indireto esta criação de emprego tem duas representações:

- ✚ A primeira diz respeito aos bens e serviços adquiridos por estas instituições que geram diretamente a criação de emprego nos seus fornecedores, por forma a estes conseguirem dar a resposta necessária à produção ou prestação de serviços solicitada.
- ✚ A segunda relaciona-se com os rendimentos auferidos pelos funcionários destas organizações, pois estes, ou pelo menos parte deles, são direcionados para a aquisição de bens e serviços nas empresas locais, gerando conseqüentemente necessidade de aumento de resposta por parte destas, logo, criação de postos de trabalho (Almeida, 2011).

4.4. A economia social e seus efeitos locais

A economia social na sua função de proximidade, inclusão e união entre pessoas com objetivos comuns de melhoria, de bem-estar coletivo, tem forte importância no desenvolvimento das comunidades locais, bem como da inclusão social nas mesmas.

O desenvolvimento local procura-se sempre que seja sustentável, que promova a interação e integração dos membros da comunidade, promovendo a criação de emprego e a inclusão social destes, incentivando os mesmos ao exercício da cidadania (Ramos & Gonçalves, 2006).

O fenómeno do desenvolvimento de acordo com Melo (2013), tem a sua origem no envolvimento dos agentes locais nos processos de decisão, de criação, da valorização dos fatores produtivos, bens e serviços produzidos localmente, com aumento efetivo do output, influenciado claramente por iniciativas públicas e privadas que inspirem e motivem este processo.

As ações locais das organizações da economia social contribuem para o envolvimento da sociedade local em ações empreendedoras, positivas, atendendo ao seu caráter participativo, não impositor, mas envolvente, democrático e dinamizador atendendo ao fim altruístas das mesmas (Ramos, 2011).

O crescimento substancial que se verifica desde a década de 90 no número de organizações de economia social ao nível local, bem como as respostas que estas dão às falhas de mercado existentes, nomeadamente na área social são a confirmação de que existe uma preocupação concreta com o desenvolvimento a nível local. A criação de emprego e a formação de adultos constituíram fortes instrumentos no desenvolvimento local e no combate à exclusão social, respondendo à crescente necessidade de conhecimento da população e à inclusão social da mesma.

As instituições que atuam no terceiro setor tem uma sensibilidade e atuação muito forte junto do público local, como tal são agentes de desenvolvimento local importantes também para o estímulo do exercício de cidadania das comunidades locais, bem como motivadores da formação e integração dos seus quadros.

A formação de adultos implementada fortemente com o Programa Novas Oportunidades em 2005, no seguimento de outros programas apoiados com fundos comunitários como o reconhecimento, validação e certificação de competências, atualmente com a designação Qualifica, permitiram um incremento das competências da população e sobretudo um aumento da autoestima das mesmas com o reconhecimento das suas vivências e do seu percurso de vida. A sua capacidade de interpretar o mesmo e enquadrá-lo com a positividade que todo um percurso constituiu e permitiu um estímulo também para a economia local, isto demonstra que a positividade injetada pelas instituições nas comunidades locais, leva a que estas contribuam com inputs individuais positivos no seu desenvolvimento, que, se repercute posteriormente na sociedade em geral.

Gouveia (2009) elenca os pontos cruciais com vista à estruturação de um modelo de desenvolvimento local sustentável e solidário, que nós apresentamos da seguinte forma:

- ✚ uma visão sistémica do desenvolvimento, onde todos são parte integrante do processo, procurando a satisfação nas necessidades materiais e imateriais das populações, potenciando os recursos locais sem comprometer o futuro das gerações vindouras, incentivando a inovação e o empreendedorismo;
- ✚ uma atividade económica plural, através da promoção de emprego e dinamização da economia local;
- ✚ uma coesão social e de solidariedade cultural, promovendo a relação entre as pessoas, a cidadania e a necessidade de agir comunitária e coletivamente;
- ✚ um planeamento estratégico, considerando que o mesmo deve obedecer e respeitar a identificação das necessidades sociais e a interdependência destas;

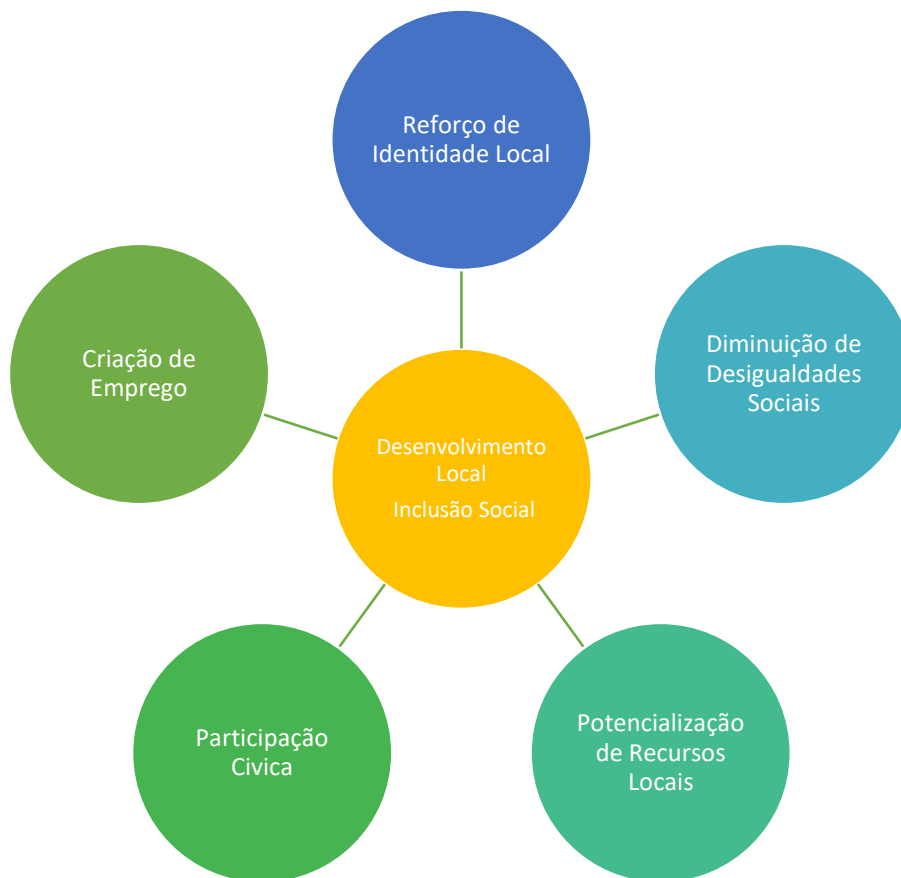
- ✚ diversificar fontes de financiamento, incluindo recursos não financeiros resultantes do envolvimento da comunidade local;
- ✚ abordagem *bottom-up* de governança local: envolvendo toda a população potenciando a partilha de poder através do exercício de democracia partilhada com “*processos de tomada de decisão claros, explícitos e públicos*”;
- ✚ globalização da solidariedade, tendo presente que tudo nasce, cresce e se desenvolve na comunidade local – “*pensar global, agir local*”.

O impacto emergente da economia social tem a sua origem na promoção da cultura das pessoas, na participação cívica das mesmas, no envolvimento das mesmas, estimulando a sua capacidade de empreender e de influenciar o próximo, sendo este um dos principais contributos destas instituições.

O reforço da identidade local, o contributo para a diminuição de desigualdades sociais, a ação nas falhas de mercado, o fomento do desenvolvimento endógeno, a criação de emprego e a potencialização dos recursos locais são todos origem e consequência do desenvolvimento local e de inclusão social.

A envolvimento da comunidade local torna-se fulcral, podendo-se considerar o desenvolvimento local como um processo de mudança, com o objetivo de elevar a qualidade de vida das comunidades locais estimulado pela solidariedade, pela justiça social e envolvimento coletivo (Ruivo, 2000).

Figura 2 - Impactos do desenvolvimento local e inclusão social



Fonte: Criação própria com base nos diferentes autores identificados.

A figura 2 revela o foco central do presente estudo, qual o impacto destas organizações, deste agir coletivamente em prol de um bem-estar geral. Refletimos que um dos principais e mais evidentes impactos é a criação de emprego, mas também temos a ação social, as respostas dadas às necessidades das populações, as famílias que sentem mais conforto pelo apoio disponível, todo um conjunto de sinergias locais que estas Instituições geram e integram.

O emprego é um status social importante na identidade do indivíduo e no seu posicionamento na sociedade, assume-se como um elemento fulcral, sendo as relações laborais um fator que em muito contribui para o alicerçar de laços e identidades (Souza et al., 2005). O trabalho é também um meio de relação social (Costa et al., 2011).

Do ponto de vista de impacto torna-se mais relevante quando existe perda de emprego, pois aí se constata que não se trata apenas de uma fonte de rendimento, mas que tem influência na perda de dignidade, na afirmação pessoal e num grande leque de relações sociais. Evidencia-se, pois, o emprego como fator de inclusão social, relacionando identidade, cidadania e emprego (Souza et al., 2005).

O conceito de inclusão social tem presente a garantia que todos os indivíduos beneficiem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem e acedam equitativamente às oportunidades e aos recursos necessários na comunidade em que se inserem (Alvino-Borba, 2011).

As relações sociais infelizmente excluem alguns cidadãos com características comuns, tais como, falta de formação, emprego, reconhecimento e poder, contudo, a sociedade tem o poder de ser unida e trabalhar em conjunto a partir de objetivos comuns (Souza et al., 2005).

A inclusão social pelo emprego é uma forte evidência do que o desenvolvimento local projeta, mas também do que projeta o desenvolvimento local. Isto é, se o emprego surge devido a ações de empreendedorismo, de inovação, também este emprego gera um novo reforço de identidade a nível local, potenciando o exercício da cidadania, sendo um forte estímulo ao nível local.

Neste contexto realce-se a ação das IPSS's, que com a sua proximidade dos problemas sociais a que pretendem dar resposta, procura com as suas equipas multidisciplinares um constante desenvolvimento de competências de respostas que permitem o desenvolvimento de capacidades e envolvimento nos seus colaboradores, contribuindo positivamente para o desenvolvimento destes (Marques et al., 2013).

A observação do fenómeno da inclusão social por parte destas instituições é tão mais relevante quando analisamos os quadros de pessoal destas, maioritariamente constituído por quadros locais, de baixa formação, onde se incluem muitas mulheres que dada a sua educação de base, de serviço à família e aos filhos, não tiveram oportunidades de construir carreira, tem essa oportunidade localmente.

A economia social tem um papel marcante no processo de inclusão social pela via do trabalho, pois abrange grupos que antes não tinham essa oportunidade e uma vez estabelecidas as relações de trabalho, impacta positivamente no exercício de cidadania e identidade das comunidades locais.

4.5. Conclusão

No capítulo que agora concluímos observou-se uma crescente importância quer da presença das organizações da economia social no seio da União Europeia, quer da sua notoriedade, com implementação de planos de expansão destas pelos estados membros.

A sua implementação ao nível da União Europeia, a relevância que já têm nas principais economias europeias com volumes de emprego muito significativos e com tendência de crescimento, com políticas fortes de expansão da economia social levada a cabo pelos diferentes Estados membros, demonstram a importância das mesmas.

Constatamos, ainda, a importância dos impactos indiretos destas instituições, por toda a positividade que incutem nas sociedades e o seu apelo ao coletivismo, e ações, que promovam o bem-estar geral das populações, não descurando o indivíduo nem comprometendo gerações futuras.

A oportunidade de ação destas instituições ficou assim representada neste capítulo, relevando a sua ação enquanto agentes dinamizadores, quer da economia, quer da inclusão social, potenciadores de mais e melhores humanos, com mais e melhor capacidade de interação e intervenção.

5. Ponte de Lima, terra rica da humanidade

5.1. Abordagem introdutória

Neste capítulo analisamos a crescente presença de IPSS no concelho de Ponte de Lima, alude-se ao slogan adotado pelo município na divulgação do potencial e historial da vila, que é relevante, mas procura-se explorar o conceito de humanidade no sentido de humanização, nomeadamente no que à bondade, benevolência e compaixão diz respeito.

Estudamos o conhecimento sobre o início da ação social organizada no concelho, evidenciando o crescimento do número de respostas sociais, investigando ainda indicadores demográficos e setoriais que nos permitem aferir sobre as principais características desta geografia, e se podemos concluir ou não que efetivamente na amplitude de todo o conceito de humanidade o concelho é efetivamente rico. Este crescimento associado ao foco da União Europeia e do Estado no desenvolvimento local e regional das economias e das comunidades, bem como a importância do emprego remunerado na economia social, torna pertinente a presente análise.

5.2. Evolução da ação social em Ponte de Lima

A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, fundada em 2 de Agosto de 1530 por alvará de D. João III. Vila geograficamente bem situada, bem cedo foi contemplada com espaços de assistência como hospitais e albergarias, casos do Hospital de S. Vicente dos Gafos (1177) ou o Albergue dos Peregrinos fundado em 1480. Estes vieram a tornar-se, no tempo de D. João III, espaços de serviço e assistência a peregrinos e pessoas necessitadas, sob a orientação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima que, para o assegurar, se valia da ajuda de pessoas de bem que contribuíam com esmolas e doações (Reis, 1997). Torna-se, portanto, a primeira instituição organizada a prestar serviço de assistência aos mais necessitados no concelho de Ponte de Lima.

Na figura 3 podemos observar a disposição geográfica das respostas sociais no concelho de Ponte de Lima, que se alarga a 15 das 39 freguesias deste. Identificando-se a roxo as freguesias onde existem IPSS's com RS e a amarelo as restantes.

Figura 3 - Dispersão geográfica de IPSS's em Ponte de Lima



Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos na Carta Social 2017

Estas respostas sociais são prestadas por 18 IPSS's, que se dividem em:

- ✓ 11 Centros Sociais e Paroquiais, Arcozelo, Beiral do Lima, Calheiros, Correlhã, Facha, Fontão, Fornelos, Gandra, Rebordões Santa Maria, Santa Cruz do Lima e Santa Maria dos Anjos;
- ✓ A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima;
- ✓ 6 Associações Privadas, a ALTI Cepões, a Casa de Caridade Nossa Senhora da Conceição, o Lar Casa de Magalhães, a Casa do Povo de Vitorino de Piães, a APPACDM e a AAEPL.

(Ver Anexo A - IPSS com Respostas Sociais no Concelho de Ponte de Lima - Instituições e Respostas Sociais).

O contexto de mudança vivenciado a partir da década de 80 do século XX, início do século XXI, com as alterações sociais existentes, a premência de pais de crianças e filhos de idosos, em trabalhar para fazer face às suas carências de rendimento mensais, está na origem de uma necessidade crescente de mais prestadores de respostas sociais.

Nesta conjuntura aparecem, no concelho de Ponte de Lima, os centros sociais e paroquiais (Freitas, 2011), estes sob a responsabilidade da Igreja e com Acordos de Cooperação com o Instituto da Segurança Social surgem em número considerável contribuindo para uma resposta mais abrangente e capaz às necessidades das populações. No quadro 8 sintetiza-se as respostas sociais, de IPSS's, presentes no concelho, de acordo com a Carta Social de 2018.

Quadro 8 - Respostas sociais de IPSS's em Ponte de Lima 2018 (Um: Unidades)

| Resposta Social | Unidades | Capacidade | Utentes |
|---|-----------------|-------------------|----------------|
| Creche | 6 | 266 | 238 |
| Centro Atividades Tempos Livres | 1 | 60 | 60 |
| Estabelecimento de Educação Pré-escolar | 1 | 62 | 62 |
| Lar de Infância e Juventude | 1 | 40 | 7 |
| Centro Atividades Ocupacionais | 2 | 50 | 51 |
| Centro de Convívio | 5 | 109 | 64 |
| Centro de Dia | 9 | 234 | 173 |
| ERPI | 12 | 433 | 407 |
| SAD | 13 | 492 | 379 |
| Total | 50 | 1746 | 1441 |

Fonte: GEP, Carta Social

No quadro 8 podemos verificar um total de 50 unidades com respostas sociais asseguradas por IPSS's, sendo que 39 destas (78% do total), se destinam a idosos, 4 a jovens (8%) e 7 a crianças (14%).

Uma referência ao facto de no concelho de Ponte de Lima existir ainda 15 estabelecimentos de educação pré-escolar, cuja prestação do serviço é assegurada por agrupamentos escolares, não estando como tal englobados nas RS prestadas pelas IPSS's, mas sim pelo município de Ponte de Lima.

5.3. Breve análise demográfica

Para a análise às variações demográficas no concelho de Ponte de Lima, recorreremos à base de dados do PORDATA e analisamos o período de 2001 a 2017, período onde as IPSS´s apareceram em maior número no concelho, com o incremento também das RS prestadas por estas.

Quadro 9 - Indicadores demográficos (2001-2011-2017)

| Indicadores | 2001 | 2011 | 2017 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| População residente (Unidades) | 44 297 | 43 518 | 41 892 |
| Jovens (menos de 15 anos) (%) | 18,2 | 15,3 | 13,0 |
| População em idade ativa (15 aos 64 anos) (%) | 64,8 | 65,2 | 65,6 |
| Idosos (> 65 anos) (%) | 17,0 | 19,5 | 21,4 |
| Índice de envelhecimento (% idosos por 100 jovens) | 93,1 | 127,3 | 164,0 |
| Indivíduos em idade ativa por idoso (%) | 3,8 | 3,3 | 3,1 |
| Nascimentos (Unidades) | 484 | 316 | 253 |
| Óbitos (Unidades) | 462 | 405 | 460 |
| Saldo natural (diferença entre o total de nascimentos e o total de óbitos: Unidades) | 22 | - 89 | - 207 |
| Saldo migratório (diferença entre o total de imigrantes e emigrantes: Unidades)) | 69 | 17 | - 129 |

Fonte: Elaboração própria com base dados PORDATA

Da análise ao quadro 9 verificamos a evolução da estrutura demográfica da população do concelho nomeadamente a população residente, a composição da mesma, a natalidade, a mortalidade, o saldo natural, o saldo migratório, bem como o índice de envelhecimento e os indivíduos em idade ativa por idoso.

Constata-se uma diminuição da população residente no concelho, acentuando-se a mesma no período de 2011 a 2017, com uma redução de 1 626 habitantes o que corresponde a um decréscimo de 3,74% no total dos residentes.

Verificamos também uma queda sucessiva na percentagem de jovens que compõem a população residente, com uma redução de 5,2 pontos percentuais (p.p.) no período de 2001 a 2017, por outro lado há um aumento da população idosa para o mesmo período de 4,4 p.p. e um ligeiro aumento na população ativa em 1,8 p.p..

O índice de envelhecimento demonstra claramente a tendência de envelhecimento da população residente, com um aumento de 70,9 idosos por 100 jovens no intervalo [2001-2017], o que representa uma variação de 76,15% no período.

Esta evolução está muito relacionada com a diminuição de nascimentos, em 2017 nasceram menos 231 bebés do que em 2001, um decréscimo de 47,73%, sendo que os óbitos decresceram em 2 no mesmo período, o que representa um saldo natural negativo para o ano de 2017, de - 207, quando em 2001 era positivo em 22 indivíduos, verifica-se, portanto, uma variação negativa muito influenciada pelo decréscimo da natalidade.

Uma referência ainda para o saldo migratório que era positivo no início do século em 69 indivíduos e em 2017 se revela negativo em 129, revela, pois, uma saída de residentes do concelho que não está a ser colmatada pela entrada de novos residentes.

Da observação dos dados fica evidenciado que, no período apresentado, o sentido de agravamento dos indicadores de envelhecimento da população é crescente, verificamos um aumento destes no período 2001 a 2011, que se acentua no período seguinte, dados que permitem inferir uma evolução no sentido do envelhecimento da população nos próximos anos.

No quadro seguinte, analisamos mais aspetos demográficos, nomeadamente indicadores de escolaridade e de emprego.

Quadro 10 - Variação de indicadores demográficos (2001-2011)

| Indicadores | 2001 | 2011 | Var. (p.p.) |
|--|-------------|-------------|--------------------|
| População residente de 15 e mais anos, sem nível de escolaridade (%) | 25,0 | 14,7 | -10,3 |
| População residente de 15 e mais anos, com ensino secundário (%) | 7,1 | 12,0 | 4,9 |
| População residente de 15 e mais anos, com ensino superior (%) | 3,0 | 7,1 | 4,1 |
| População ativa (Unidades) | 18 622 | 18 780 | 0,85 |
| Taxa de emprego (%) | 48,2 | 45,0 | -3,2 |
| População empregada no sector primário (%) | 10,3 | 4,4 | -5,9 |
| População empregada no sector secundário (%) | 49,6 | 43,2 | -6,4 |
| População empregada no sector terciário (%) | 40,1 | 52,4 | 12,3 |
| Trabalhadores por conta de outrem (%) | 76,5 | 79,5 | 3 |
| Trabalhadores por conta própria isolados (%) | 9,1 | 7,7 | -1,4 |
| Taxa de desemprego (%) | 6,0 | 11,9 | 5,9 |

Fonte: Elaboração própria com base dados PORDATA

Os dados revelam uma evolução positiva ao nível das habilitações da população residente, com diminuição do analfabetismo em 8,3 pontos percentuais no período de 2001 a 2011, um aumento de 4,9 p.p. na população com ensino secundário e 4,1 p.p. com ensino superior, demonstrando uma melhoria ao nível das qualificações e formação em geral, situação que se alarga também ao setor das IPSS como constataremos nos dados apurados.

Ao nível do emprego verificamos uma diminuição da população empregada no setor primário e secundário, por contrapartida a um aumento da população empregada no setor terciário registando um incremento de 12,3 p.p. no período de 2001 a 2011.

5.4. Conclusão

No presente capítulo analisámos o concelho de Ponte de Lima, nomeadamente as suas IPSS, as suas respostas sociais e os seus dados demográficos.

No concelho existe uma população essencialmente rural, onde se pratica uma agricultura de subsistência. Esta população com tendência a envelhecer é também constituída por inúmeros ex-emigrantes, que retornam às suas origens para desfrutar a sua reforma e cultivar as suas terras, muitas delas provenientes de heranças dos seus antepassados.

As pessoas que se inserem em faixas etárias mais elevadas são, normalmente, as que mais praticam o culto religioso, como tal a Igreja tem uma influência relevante sobre estes, assim é neste contexto que o surgimento de instituições de resposta social ligadas à Igreja ganha a sua importância e primazia em relação a outras que possam procurar dar as mesmas respostas. Os centros paroquiais e sociais tornam-se num importante catalisador ao nível de recursos humanos, da qualidade de vida dos utentes que servem e contribuem para a melhoria do índice de desenvolvimento do meio onde se inserem. Estes estão presentes nas freguesias mais desenvolvidas do concelho e em zonas de interesses confluentes com outras freguesias, trazendo impacto positivos também a estas.

Os empregos diretos, os empregos indiretos o impacto destas instituições no índice de desenvolvimento do meio onde se inserem, com impacto significativo a nível local é relevante, potenciando o bem-estar coletivo e o reforço da identidade das pessoas.

6. Metodologia

Neste capítulo serão expostas as fundamentações subjacentes às opções estratégicas, bem como a estrutura metodológica do presente estudo.

A questão central que nos motiva, acompanha e se pretende responder é: *No concelho de Ponte de Lima tem contribuído a economia social para a criação de emprego e para a fixação de residentes?*

No seguimento de tal questão surge uma outra: *Qual a perceção dos agentes económicos locais?*

Trata-se de um estudo que procura analisar o impacto da presença de respostas sociais, disponibilizadas por IPSS, no concelho de Ponte de Lima. Impacto ao nível de criação de emprego direto, bem como o desenvolvimento local gerado pela presença destas instituições que proliferou a partir da década de 90 do século XX.

A quantificação do emprego criado e da variação da população residente são conclusões que se pretendem apresentar, comparando as freguesias com a presença destas instituições com as que não tem esta presença. Pretende ainda aferir qual a perceção dos agentes locais quanto a esta presença, nomeadamente no que concerne aos itens que se pretendem quantificar, mas também ao impacto social que se gera com esta presença.

O estudo abrange os três setores de atividade por forma a se obter dados que permitam a comparação da perceção destes face ao impacto desta presença alargada de IPSS, podendo também aferir sobre os fatores que mais divergem nas perceções entre setores. O setor público, o terceiro setor e o setor privado serão assim abordados e comparados em termos de perceção sobre este impacto.

6.1. Método de investigação

Nesta fase do estudo o método científico a utilizar é o quantitativo, pois pretendemos obter dados objetivos que nos permitam obter conclusões numéricas sobre a evolução das instituições e construir análise estatística com as perceções dos inquiridos, que no cômputo geral nos afirmem que a economia social nas freguesias do concelho de Ponte de Lima é potenciadora de emprego e influência positivamente a envolvente social destas.

Segundo a nossa perceção, este tipo de análise seria enriquecida com a inclusão da vertente qualitativa. Contudo por limitações várias, apenas recorreremos à vertente quantitativa. A interação e realização de questionários é crucial para o aferimento das conclusões finais, procurando não enviesar

respostas e que os entrevistados respondam de forma espontânea e sincera aos mesmos. A abordagem a efetuar consubstanciará a aplicação de perguntas fechadas e de uma escala de Likert. (Ver Questionário Anexo E)

As perguntas fechadas permitirão construir grupos de respostas, com vista à comparação entre os sectores já referenciados, acrescentando ainda o facto de existir ou não IPSS na freguesia dos questionados e enquadrando eventuais diferenças entre os residentes na margem direita e esquerda do rio Lima, ponto de referência no concelho.

A escala de Likert onde se procura avaliar a perceção dos agentes económicos já identificados no que concerne aos impactos da criação de emprego, da fixação e atração de residentes, da melhoria ao nível de infraestruturas e da qualidade de vida, da atração de empresas na freguesia e no concelho, em suma percebendo se esta presença é percecionada como globalmente positiva ou não.

A recolha de dados presencialmente junto das instituições, nomeadamente a dos relatórios sociais e financeiros das instituições serão a nossa fonte secundária de dados, sendo a nossa fonte primária os dados que serão gerados com a resposta ao questionário lançado.

Recolheremos ainda indicadores de densidade populacional e migrações disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e PORDATA por forma a analisarmos a variação de residentes nas diferentes freguesias do concelho, procurando correlações entre estas variações e a presença de IPSS nas freguesias.

6.2. Amostra

A amostragem do presente estudo será estratificada, sendo selecionados os responsáveis das 18 IPSS do concelho, 20 diretores técnicos das mesmas, os 39 presidentes de junta de freguesia do concelho e 80 empresas privadas com fins lucrativos fornecedoras das IPSS.

7. Dados e resultados

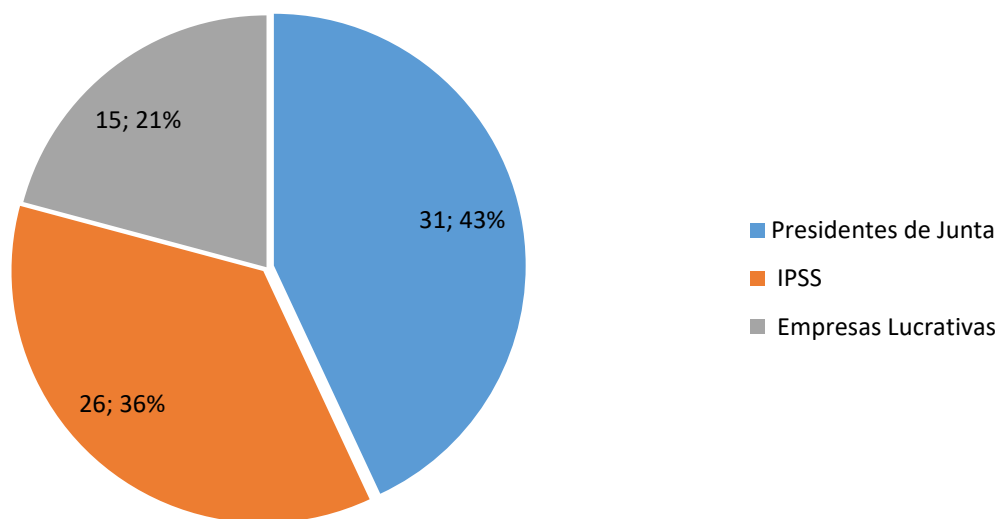
7.1. Abordagem introdutória

Neste capítulo apresentamos os dados e resultados que nos permitem aferir com mais detalhe o impacto das IPSS's ao nível do concelho de Ponte de Lima. Iniciaremos com a apresentação dos dados que conseguimos obter, seguido dos resultados que apuramos, com abordagem à variação da população residente, à evolução das respostas sociais e à sua estrutura de expansão, bem como à evolução dos postos de trabalho criados. Analisando esta ao nível do género, faixa etária e habilitações literárias e por fim constatando a perceção dos agentes económicos locais acerca do impacto destas organizações nas freguesias.

7.2. Dados

Os resultados apurados têm a sua origem nos dados recolhidos junto das IPSS's do concelho de Ponte de Lima, todas elas foram abordadas tendo sido efetuados contactos pessoais nas suas instalações e ainda remetido, via e-mail, o questionário elaborado na aplicação Google Docs por forma a aferir as perceções.

Gráfico 2 – Distribuição de respostas (Um.: Unidades e %)



Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos junto das IPSS's

Obteve-se a resposta de 11 das 17 instituições ainda ativas, das quais 5 respostas de um total de 11 centros sociais e paroquiais, 1 de 1 referente à Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima e de 5 das

6 associações privadas. Tendo presente a Carta Social de 2018, estes correspondem a 90% dos utentes das RS e 80% do emprego direto criado por estas. Infere-se os dados do emprego tendo presente as médias de funcionários com os mesmos serviços e características. O questionário foi ainda lançado aos 39 presidentes de junta de freguesia do concelho e a 80 empresas privadas com fins lucrativos, fornecedoras de IPSS's.

A análise à evolução da população não foi conseguida nos termos inicialmente preconizados, isto porque os dados disponíveis para as freguesias estão disponíveis nos Censos de 2001 e 2011, limitando o estudo pretendido.

7.3. Resultados

A presença de IPSS's reflete-se em 15 freguesias do total de 39 do concelho, 38,46% das freguesias, uma média inferior à registada em Portugal Continental de 70,76%, e do distrito de Viana do Castelo 42,3%, referenciadas no estudo de Américo Mendes de 2018, mas abrangendo estas freguesias 59,25% da população residente no concelho em 2011. Estas freguesias caracterizam-se também por se enquadrarem em localizações geográficas próximas de centros urbanos, com extensões de saúde local próximas, bem como outros serviços de apoio, e por se tratarem das mais populosas do concelho.

No Quadro 11 podemos constatar que a exceção, no que à presença das IPSS's nas freguesias mais numerosas do concelho respeita, constata-se nas freguesias de Santa Cruz do Lima e Beiral do Lima, que são contíguas à de Gandra e tem como presidente da direção o mesmo responsável, procurando assim uma confluência de externalidades positivas que possam evoluir para a ultrapassagem de eventuais dificuldades, que dada a sua dimensão seria mais difícil superar se agissem isoladamente

Quadro 11 - Variação da população residente em freguesias com IPSS's (2001-2011)
(Um.: Unidades)

| | 2001 (Unidades) | 2011 (Unidades) | Var. Total | Var. % |
|-----------------------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------|---------------|
| Concelho de Ponte de Lima | 44343 | 43498 | -845 | -1,91% |
| Arcozelo | 3932 | 3734 | -198 | -5,04% |
| Beiral do Lima | 767 | 558 | -209 | -27,25% |
| Calheiros | 1047 | 991 | -56 | -5,35% |
| Correlhã | 3068 | 2936 | -132 | -4,30% |
| Facha | 1482 | 1529 | 47 | 3,17% |
| Fontão | 1132 | 1101 | -31 | -2,74% |
| Gandra | 1141 | 1108 | -33 | -2,89% |
| Refóios do Lima | 2282 | 2169 | -113 | -4,95% |
| Santa Cruz do Lima | 532 | 480 | -52 | -9,77% |
| Rebordões (Santa Maria) | 1065 | 1056 | -9 | -0,85% |
| Arca e Ponte de Lima | 3524 | 3756 | 232 | 6,58% |
| Ardegão, Freixo e Mato | 1783 | 1754 | -29 | -1,63% |
| Bárrio e Cepões | 991 | 921 | -70 | -7,06% |
| Fornelos e Queijada | 1863 | 1912 | 49 | 2,63% |
| Navió e Vitorino dos Piães | 1861 | 1768 | -93 | -5,00% |

Fonte: Elaboração própria com base nos Censos Populacionais de 2001 e 2011

Verificamos, sobretudo, a evolução da população nas freguesias do concelho, onde existem RS, no período de 2001 a 2011, onde podemos verificar diferentes tendências e volumes na variação de habitantes.

Em freguesias mais pequenas, como é o caso de Beiral do Lima, Santa Cruz do Lima, Bárrio e Cepões verificamos, variações mais negativas de residentes, com 27,25%, 9,77% e 7,06%, respetivamente, do que em freguesias mais populosas, como as de Arca e Ponte de Lima e Fornelos e Queijada com variações positivas de 6,58% e 2,63% respetivamente. No entanto, nas freguesias mais populosas do concelho essa tendência também não se verifica, pois observamos que as de Correlhã e Arcozelo apresentam variações negativas de 4,30% e 5,04%, respetivamente, não podendo, assim, aferir-se que neste período a presença das organizações da economia social tenha impacto sobre a variação dos residentes nestas freguesias.

As freguesias onde não estão presentes estas instituições, também merecem a nossa atenção. No entanto também não há variações relevantes, com tendência definida na população, no período 2001 a 2011 (Ver Anexo D), as freguesias com mais de 1 000 habitantes são 6 e realça-se a proximidade destas com as freguesias onde estão presentes as instituições referenciadas. Estas freguesias são:

- Anais, com 1073 habitantes, confina com Fornelos e Queijada;
- Associação de Freguesias do Vale do Neiva com 1075 habitantes, faz fronteira com Ardegão, Freixo e Mato;
- Feitosa, com 1363 habitantes, confina com Arca e Ponte de Lima e Refóios do Lima;
- Ribeira, com 1841 habitantes, limita com Arca e Ponte de Lima;
- Rebordões Souto, 1127 habitantes, faz fronteira com Fornelos e Queijada;
- Vitorino das Donas com 1051 habitantes, limita com Facha, Correlhã e Fontão.

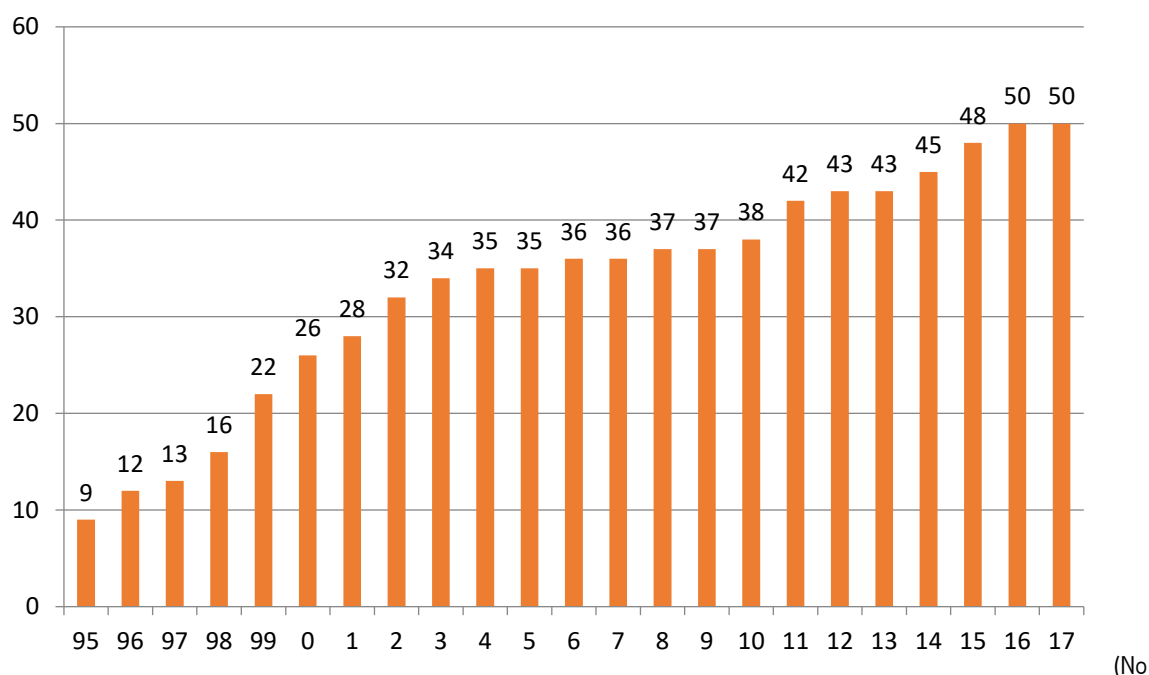
Esta proximidade das IPSS's pressupõe que procurem respostas nas freguesias onde estas se encontram e quando se esgotar essa resposta, poderão avançar para novas instituições, casos da freguesia de Ribeira do Lima onde já existe esse projecto, denominado "DAR-SE", e que tem como objetivo a construção de um centro de dia na freguesia.

O aparecimento das respostas sociais, como já referenciado anteriormente está relacionado com a evolução da sociedade, mas este crescimento não é indiferente ao Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social assinado em 19 de dezembro de 1996.

De acordo com Maia (2018), após esta data o número de RS e até 2017 triplicou e alargou-se a todo o território, assumindo um peso crescente na comunidade onde se inserem.

No concelho de Ponte de Lima em 1996 existiam 12 unidades de RS, sendo que em 2017 temos 50 unidades, ou seja, este número corresponde a um crescimento de 316,67%, superando a média referenciada e atingindo o quádruplo das RS existentes em 1996, conforme podemos observar no gráfico 3.

Gráfico 3 – Evolução do número de respostas sociais (1995-2017) (Um.: Unidades)



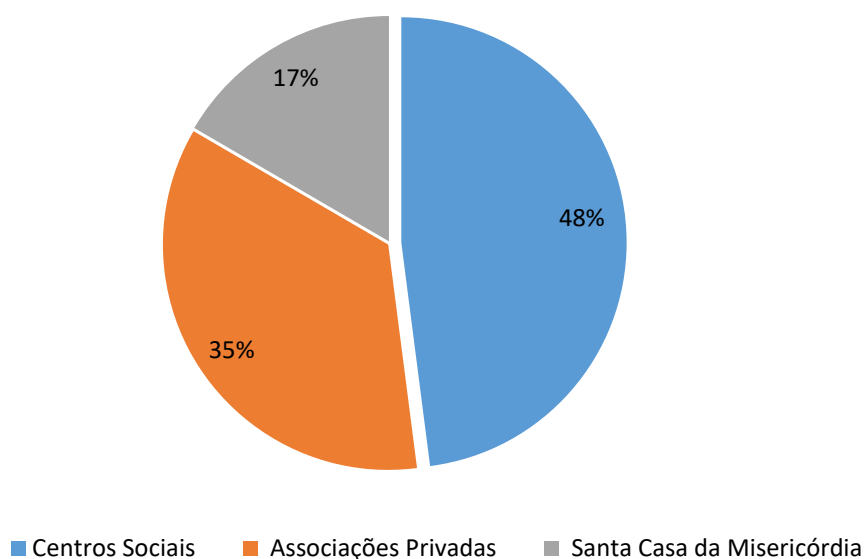
Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos junto das IPSS's

Na análise ao gráfico 3 podemos verificar uma tendência de crescimento em todo o período em estudo, sendo relevante constatar que essa tendência não se inverteu ao longo dos anos. Ao analisarmos por período de 10 anos, verificamos entre 1995 e 2005 um crescimento de 24 RS, e entre 2005 e 2015 de 13, continuando essa tendência a ser de crescimento nos anos seguintes. Este crescimento surge de acordo com as necessidades das comunidades locais e, também, o número crescente de utentes destas instituições evolui com números relevantes e com impactos significativos na sociedade, pois são famílias que são apoiadas, conseguem exercer atividades que as valorizam no seu seio, mas que, também, influenciam positivamente a comunidade em que se inserem.

O serviço que as IPSS colocam à disposição dos seus utentes são na sua grande maioria considerados bens privados na teoria económica, no sentido em que estão a pagar um preço, e/ou a satisfazer uma necessidade e ao consumirem este serviço estão a privar outros de os consumirem (Mendes, 2018). Este poderá ser um problema a ter em conta na gestão destas instituições pois o facto de um utente ter capacidade para pagar mais, pode privilegiar este no acesso a estas RS, situação que não se pretende ser o fator preferencial de acesso, mas sim a resposta a quem mais necessita e precisa, conforme os relatórios socioeconómicos que os assistentes sociais são obrigados a elaborar na análise da necessidade dos candidatos a utentes das RS.

A ampliação do número de respostas sociais, a situação de proximidade em relação ao público-alvo, através da descentralização das unidades origina também relações de afeto de quem conhece os utentes pessoalmente, podendo ser negativo, mas sendo na maior parte das vezes um fator positivo e integrador (Mendes, 2018). Estas respostas sociais são disponibilizadas por 18 IPSS's, contemplando a ação social quer a jovens, quer a idosos, sendo relevante demonstrar-se como estão distribuídas estas RS pelos diferentes tipos de organizações e qual o peso das mesmas dentro destas.

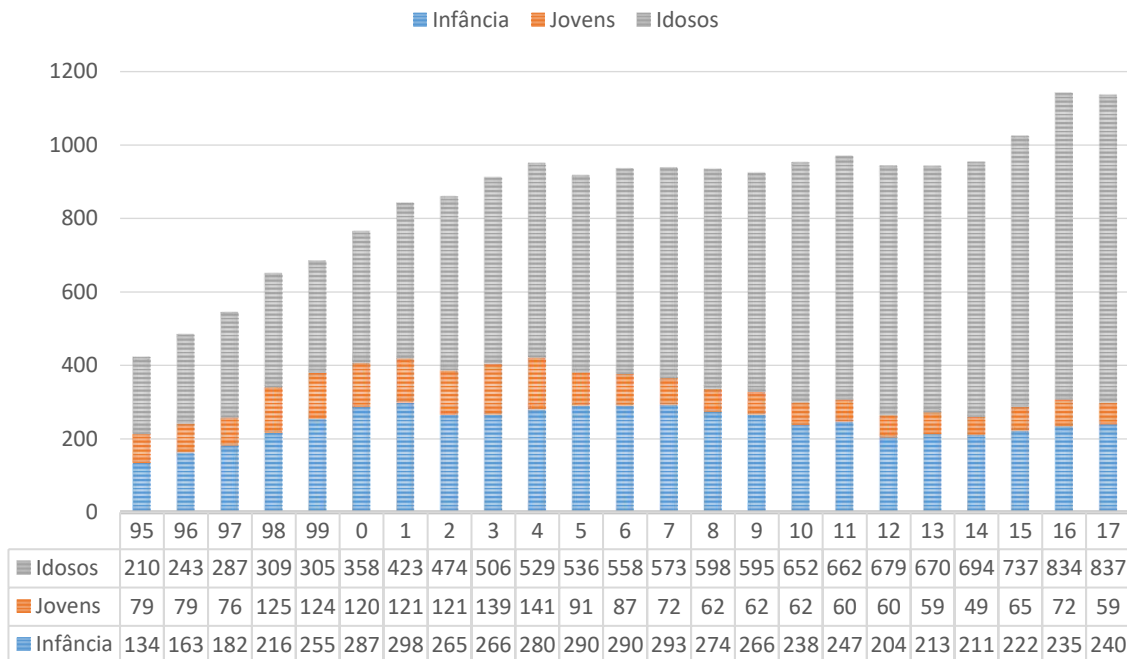
Gráfico 4 – Distribuição de respostas sociais por tipo de instituição (2017) (%)



Fonte: Elaboração própria com base na Carta Social de 2017

No gráfico 4, podemos observar que são os Centros Sociais que mais concentram as respostas sociais no concelho com 48%, seguido pelas Associações Privadas com 35% de quota distribuídos, e da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima com 17%.

No gráfico 5 podemos observar o crescimento do número de utentes no período em estudo, e constatamos que há um crescimento em todas as faixas etárias de resposta, no entanto com maior relevância para os idosos.

Gráfico 5 – Evolução do número de utentes (1995-2017)**(Um.: Unidades)**

(No gráfico enquadra-se o período de 1995 a 2017.)

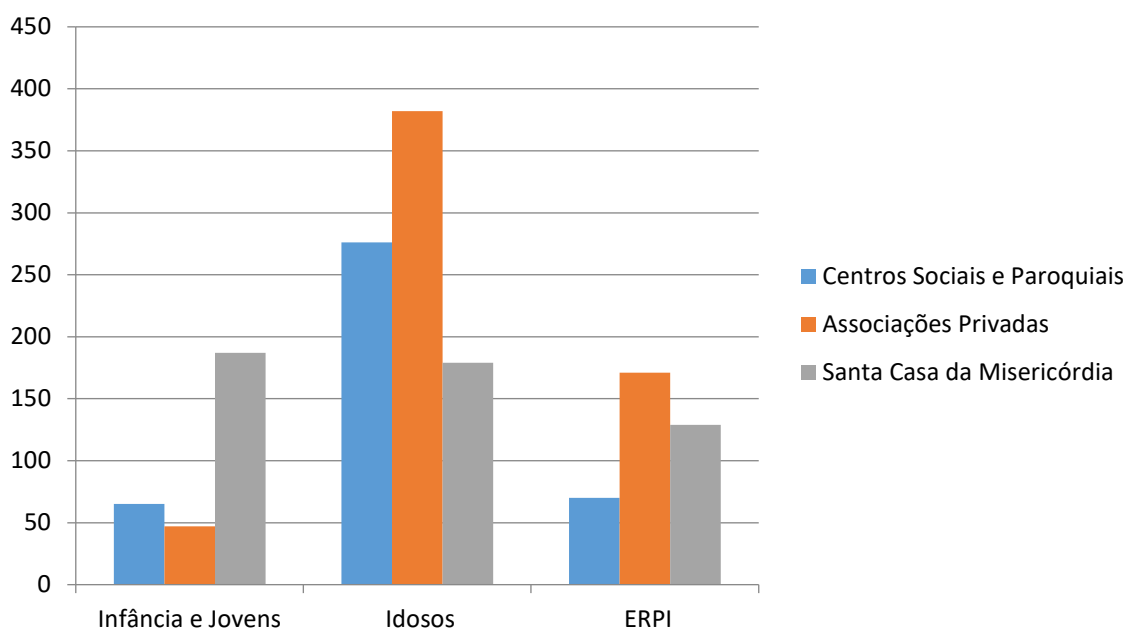
Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos junto das IPSS's

O gráfico 5 demonstra um crescimento significativo do número de utentes nas diversas faixas etárias que são abrangidos nas RS, assistindo a uma variação de 627 utentes idosos no período, um incremento de 298,58%, 106 crianças, 79,10% e menos 20 jovens, -25,32% (este último resultado poderá estar enviesado atendendo ao facto de 2 importantes instituições nesta área de respostas não terem disponibilizado os dados solicitados).

O número de utentes varia num total de 713 pessoas no período e nas instituições abrangidas pelo estudo, referenciado que em número de utentes corresponderão a aproximadamente 90% do total do concelho, correspondendo esta variação a + 168,56% no total dos utentes abrangidos no estudo, um número sem dúvida relevante no que à ação social das IPSS's diz respeito.

No gráfico 6 evidenciamos a ação dos diferentes tipos de IPSS's nos diferentes grupos de RS, dividindo em infância e jovens, e idosos (contemplando o global de todas as respostas destes grupos), e estrutura residencial para pessoas idosas, atendendo à particularidades desta resposta, uma vez que implica maior investimento financeiro e maior nível de empregabilidade também.

Gráfico 6 – Distribuição de utentes por tipo de resposta social (Um.: Unidades)



Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos junto das IPSS's

Da análise ao gráfico podemos observar uma predominância, no que ao número de utentes diz respeito, por parte da Santa Casa da Misericórdia no apoio à infância e jovens e das Associações Privadas no apoio aos idosos.

Estendemos esta análise, ainda, ao nível das ERPI's, por forma a refletir sobre a importância do número de utentes nestas unidades, que verificamos ter um peso muito superior no total de utentes idosos nas Associações Privadas e na Santa Casa da Misericórdia, quando comparamos com os Centros Paroquiais e Sociais. Este peso tem influência, quer ao nível de investimento, quer ao nível de custos de funcionamento, dado ser necessário um número maior de funcionários, atendendo à permanência contínua dos utentes na RS.

No contexto da crescente presença destas instituições nas freguesias e do crescente número de utentes destas, surge o foco principal do nosso estudo, a análise ao crescimento do emprego criado por estas instituições no concelho de Ponte de Lima.

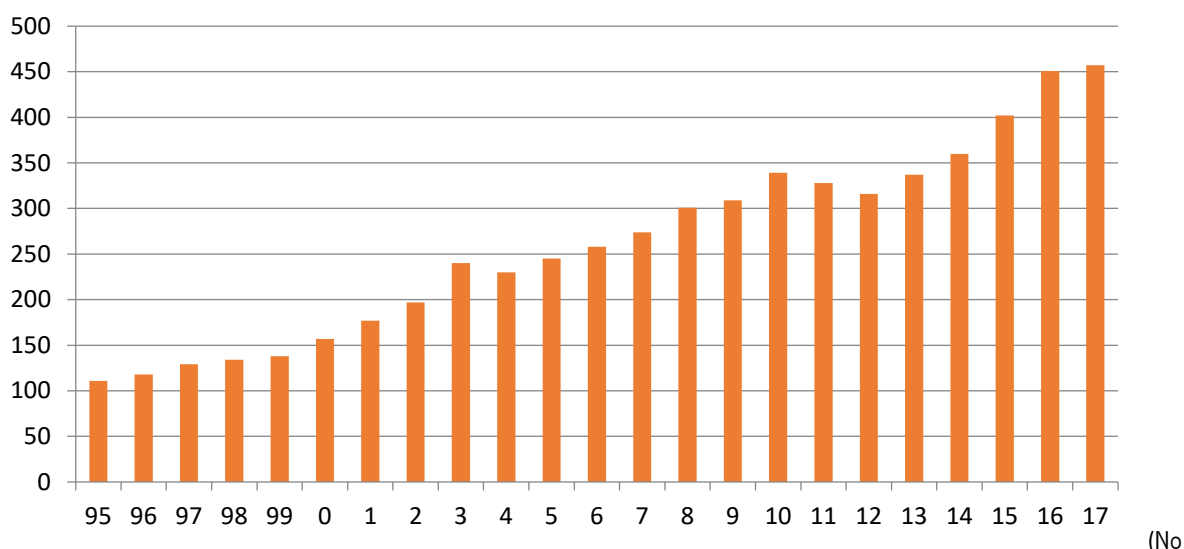
Constatamos, de acordo com os dados disponíveis, um aumento importante do número de empregos diretos criados por estas instituições, que consequentemente impactarão no crescimento dos empregos indiretamente criadas por elas no concelho, como constatamos na revisão de literatura

anterior, bem como a referência de Américo Mendes (2018) que considera que por cada Euro injetado nestas Instituições o mesmo se multiplica por 4,218 no impacto gerado no concelho.

Assim no gráfico 7 encontra-se a evolução do total de emprego direto criado no concelho no período em análise.

A variação é significativa para o conjunto das instituições que disponibilizaram a informação podendo aferir-se um crescimento líquido de 346 postos de trabalho o que corresponde a uma variação de 311,71% para o período. A importância deste emprego assume ainda maior relevância atendendo a que o mesmo se dispersa por 15 das 39 freguesias do concelho e que impacta positivamente no quotidiano da sua comunidade, contribuindo para o desenvolvimento e integração social da mesma.

Gráfico 7 – Evolução dos postos de trabalho nas IPSS's (1995-2017) (Um.: Unidades)

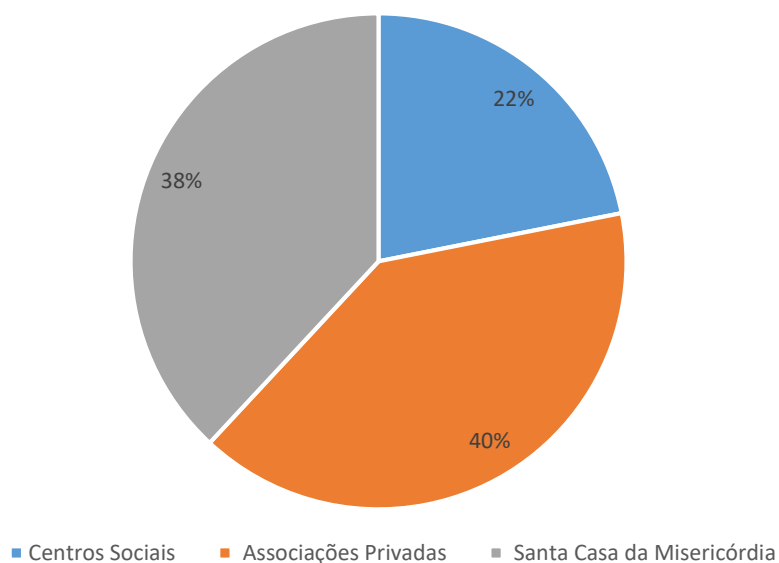


(No gráfico enquadra-se o período de 1995 a 2017.)

Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos junto das IPSS's

A análise deste crescimento tem de ter também presente a exigência que as diferentes RS têm no que ao número de funcionários diz respeito, como podemos observar no gráfico seguinte as Instituições com maior ação junto da infância e jovens, bem como na ERPI, concentram um número significativo de funcionários, é interessante a análise ao gráfico 8 em conjunto com o gráfico 6, por fica patente bem esta concentração de emprego, com as RS referenciadas.

Gráfico 8 – Distribuição de colaboradores por tipo de IPSS (2017) (%)



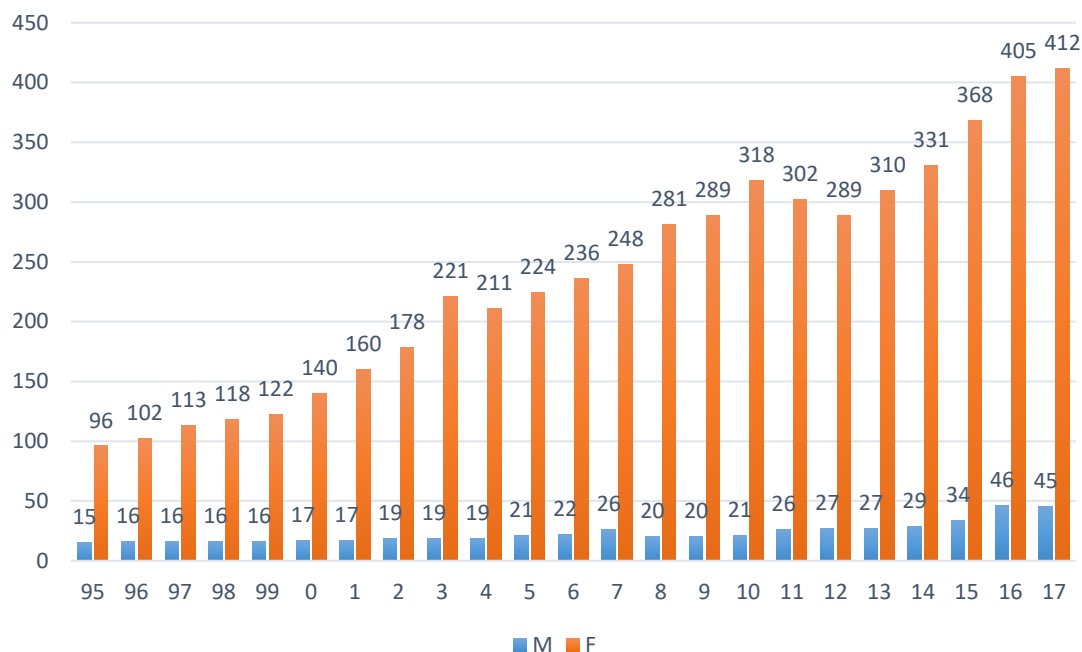
Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos junto das IPSS's

A leitura atenta do gráfico e o relacionamento desta com os dados anteriormente referenciados evidenciam que a Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima representa 38% do emprego na economia social no concelho, as Associações Particulares que no estudo em causa são 5, representam 40%, e os Centros Sociais que são 5 no estudo representam 22% deste.

A importância deste desenvolvimento e integração reflete-se na análise à distribuição do total dos funcionários em análise por género e no seguimento dos estudos de Almeida em 2015 e Gavino em 2014, também verificamos uma prevalência do género feminino sobre o masculino, com a percentagem de 86,49% do total de funcionários serem do género feminino em 1995 e evoluírem para 90,15% em 2017, sendo que em 2017 os resultados são idênticos aos obtidos pelos autores referidos, em 2015 para o distrito de Bragança e 2014 para o concelho de Peniche, respetivamente. Estes valores representam um crescimento líquido no emprego feminino de 316 postos de trabalho, corresponde a uma variação de 329,17% e 30 postos de trabalho masculinos o que corresponde a uma variação de 200%, números que são significativos e mais uma vez demonstram a saliência progressiva na comunidade local das IPSS's.

Gráfico 9 – Evolução de colaboradores nas IPSS's por género (1995-2017)

(Um.: Unidades)



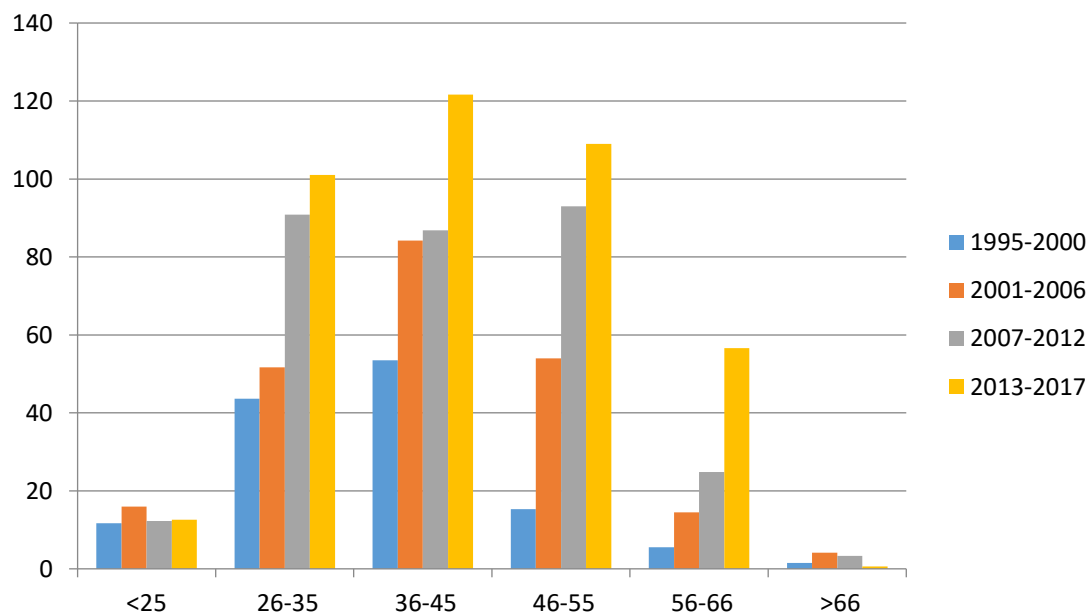
(No gráfico enquadra-se o período de 1995 a 2017.)

Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos junto das IPSS's

Ao nível dos postos de trabalho torna-se também pertinente a análise à faixa etária dos funcionários destas instituições e a evolução destas ao longo do período e é interessante constatar que esta se verifica com uma tendência de *envelhecimento* dos funcionários. As faixas etárias com maior preponderância são as que se situam no intervalo entre os [26 - 45] anos de idade, no entanto ao analisarmos esta evolução por períodos de 10 anos, constatamos uma crescente importância da faixa etária dos [46 - 55] anos e dos [55 - 66] anos de idade, mas com mais relevância para a primeira.

Gráfico 10 – Evolução de colaboradores por faixa etária (1995-2017)

(Um.: Unidades)

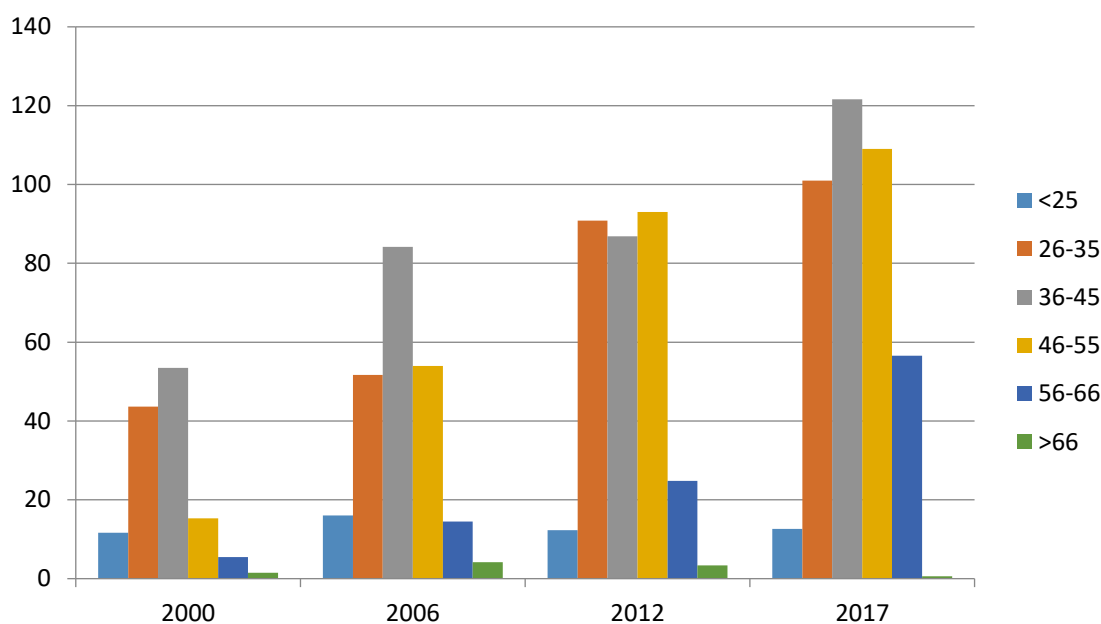


Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos junto das IPSS's

No gráfico 10 podemos observar que a faixa etária até aos 25 anos de idade assume sempre pouca relevância nos intervalos em análise, sendo crescente a importância das faixas etárias seguintes, com forte crescimento no período de 2001 a 2006 e 2013 a 2017 da faixa etária dos [36 – 45] anos de idade, no período de 2007 a 2012 da faixa etária dos [26 – 35] e dos [46 – 55] anos de idade, sendo ainda relevante no período de 2013 a 2017 o crescimento do número de funcionários dos [56 – 66] anos de idade. Assim, verificamos um incremento de todas as faixas etárias ao longo do período, com esse crescimento a manifestar-se com uma tendência mais efetiva nas faixas etárias mais avançadas.

No gráfico 11 podemos verificar a observação ao progresso etário, mas invertendo as variáveis do gráfico, pretende-se, pois, por intervalo temporal analisar qual o intervalo etário em que se inserem mais funcionários, sendo também possível inferir os mesmos resultados no gráfico anterior, com esta abordagem torna-se mais clara essa perspetiva.

Gráfico 11 – Evolução estrutura etária das IPSS's (1995-2017) (Um.: Unidades)



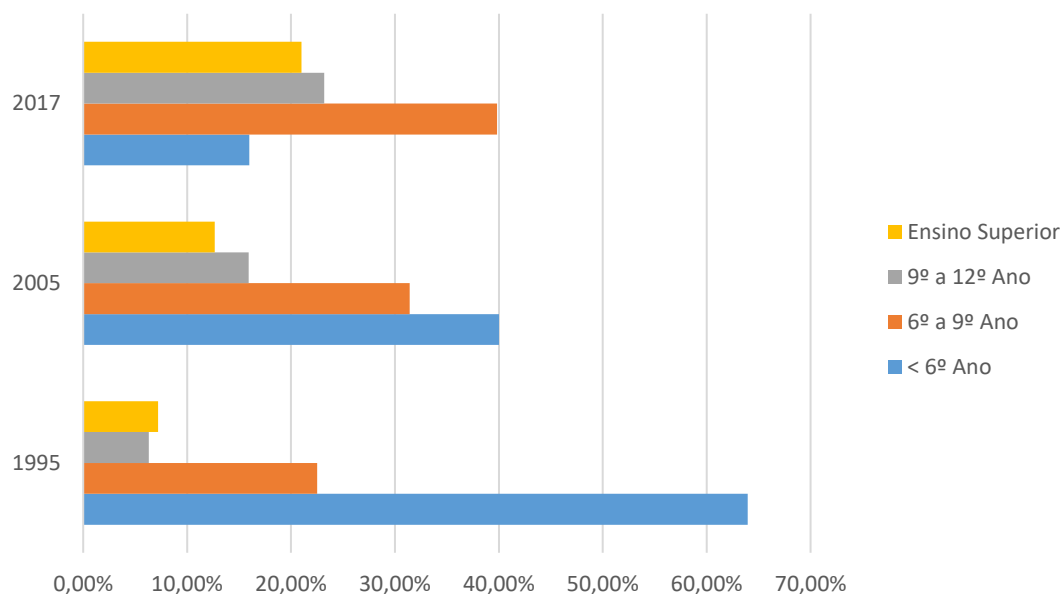
Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos junto das IPSS's

A observação permite perceber que nos 4 períodos em análise, a faixa etária dos [36 – 45] anos assume sempre uma tendência de forte relevância, sendo que as faixas etárias dos [26 – 35] anos de idade assume relevância no período de 1995 a 2000 e depois, mesmo mantendo uma forte relevância vai partilhando a mesma com a faixa etária dos [46 – 55] anos de idade com vantagem para a última. Assim se verifica a eventual tendência ao *envelhecimento* dos funcionários referenciada anteriormente e à qual podemos ainda acrescentar a forte oscilação que verificamos no último período em análise, 2013 a 2017, no que concerne à faixa etária dos [56 – 66] anos de idade.

No que respeita aos funcionários consideramos ainda relevante conhecer a evolução das habilitações literárias dos mesmos, constatando uma evolução positiva, mas que temos de a considerar ainda mais positiva, tendo presente a análise ao gráfico 10, pois assistimos a um envelhecimento do quadro de pessoal das IPSS's, mas uma melhoria significativa no seu nível de habilitações, o que revela uma valorização dos mesmos, reflexo também da sua inclusão e integração social.

Gráfico 12 – Evolução das habilitações literárias dos colaboradores 1995, 2005, 2017

(%)



Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos junto das IPSS's

Ao analisarmos o gráfico 12 observamos que a percentagem de funcionários com escolaridade inferior ao 6º ano de escolaridade diminuiu 23,96 pontos percentuais (p.p.) no período de 1995 a 2005 e 24,03 p.p. de 2005 a 2017, o que reflete uma diminuição de 47,99 p.p. no período em estudo. Constatamos ainda uma diminuição nos funcionários com escolaridade inferior ao ensino secundário, de 86,49% em 1995, para 55,80% em 2017, valores que demonstram uma forte evolução ao nível da melhoria das habilitações dos funcionários, mas que ainda comparam negativamente com os obtidos por Almeida em 2015 para o distrito de Bragança 46% e Gavino em 2014 para o concelho de Peniche 50,6%.

Uma referência ainda à evolução de funcionários com habilitações ao nível do ensino superior, que varia positivamente no período 13,8 p.p., passando de 7,21% do total dos funcionários em 1995 para 21,01% em 2017, num total de 96 funcionários. Estes representam 17,27% do total dos estudantes do concelho de Ponte de Lima matriculados em cursos de licenciatura no ensino superior, e 96% dos que de entre estes se encontram matriculados no conjunto dos cursos de serviços, ciências sociais, comércio, direito, saúde e proteção social, o que demonstra bem da importância que este setor assume no âmbito do concelho (Dados PORDATA).

Após análise aos dados recolhidos sobre a efetiva presença das organizações da economia social, e o seu impacto a nível local, obtivemos a resposta à nossa primeira pergunta: *No concelho de Ponte de Lima tem contribuído a economia social para a criação de emprego e para a fixação de residentes?*

De facto, a economia social tem contribuído no concelho de Ponte de Lima para a criação de emprego, potenciando a integração social das comunidades. No que respeita à fixação de residentes não conseguimos dados suficientes que nos permitam responder inequivocamente a esta questão.

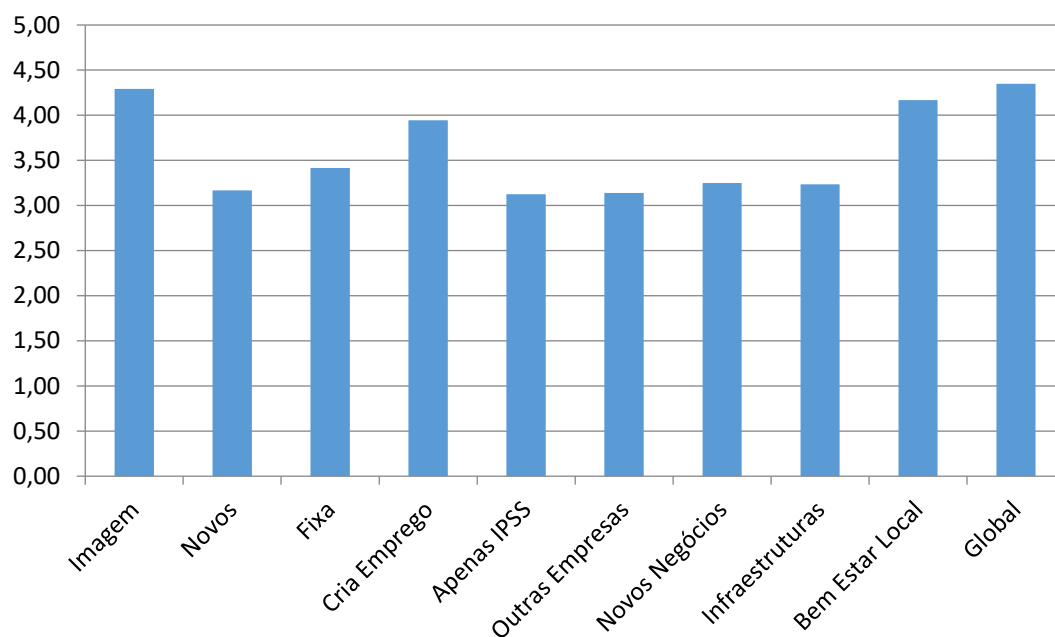
Avançaremos para a análise das respostas aos questionários lançados, onde, como já referenciado se pretende aferir a perceção dos agentes económicos locais sobre a ação das IPSS's nas freguesias do concelho de Ponte de Lima.

A análise dos gráficos demonstrativos das perceções dos respondentes deve ter presente a seguinte legenda relativamente à perceção dos impactos das IPSS's nas freguesias:

- Imagem: contributo para a imagem da freguesia;
- Novos: atrai novos residentes;
- Fixa: ajuda a fixar residentes;
- Cria emprego: cria emprego na freguesia;
- Apenas IPSS: apenas cria emprego nas IPSS's;
- Outras empresas: cria emprego em outras empresas do concelho;
- Novos negócios: atrai novos negócios para as freguesias;
- Infraestruturas: contribui para a melhoria de infraestruturas na freguesia (estradas, posto de saúde, limpeza, transportes públicos);
- Bem-Estar Local: melhora o bem-estar da comunidade local;
- Global: impacto globalmente positivo.

No gráfico seguinte podemos observar as médias globais das respostas ao questionário, visualizando-se.

Gráfico 13 – Perceções globais do impacto das IPSS´s nas freguesias (resposta na escala de 1 a 5)

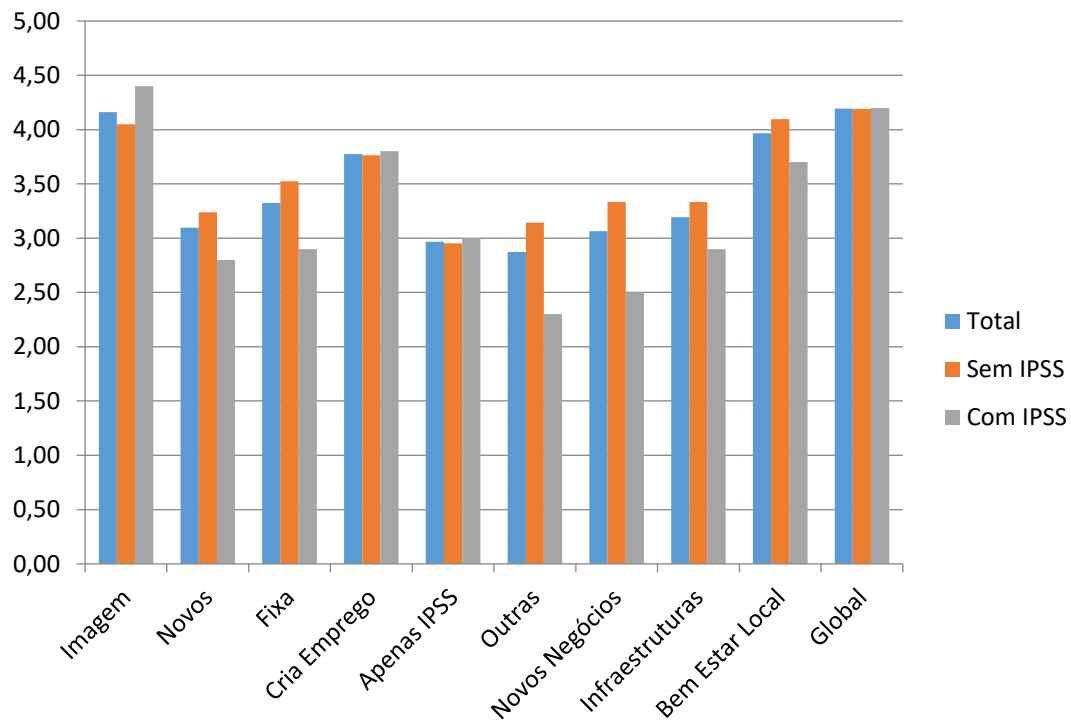


Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos no questionário

Ao analisarmos as médias do global das respostas verificámos uma perceção positiva sobre a presença das IPSS´s nas freguesias, reconhecendo os agentes económicos, alvo da nossa amostra, o contributo muito positivo destas para uma melhor imagem das freguesias, para a melhoria do bem-estar da comunidade local, classificando com 4,35, numa escala de 1 a 5, como globalmente positivo este impacto.

Classificam ainda positivamente a sua influência na criação de emprego nas freguesias, com uma classificação de 3,94, na escala de 1 a 5, com tendência a que este emprego é tendencialmente criado apenas nas IPSS's, mas que também influencia a criação de emprego noutras empresas do concelho e que atrai novos negócios às freguesias, tendo classificações positivas em todos os itens em análise, 3,13, 3,14 e 3,25 respetivamente. No que respeita à fixação de residentes a classificação gerada é superior à de atração de novos residentes, 3,42 e 3,17 respetivamente.

**Gráfico 14 – Perceções dos presidentes de junta do impacto IPSS´s nas freguesias
(resposta na escala de 1 a 5)**



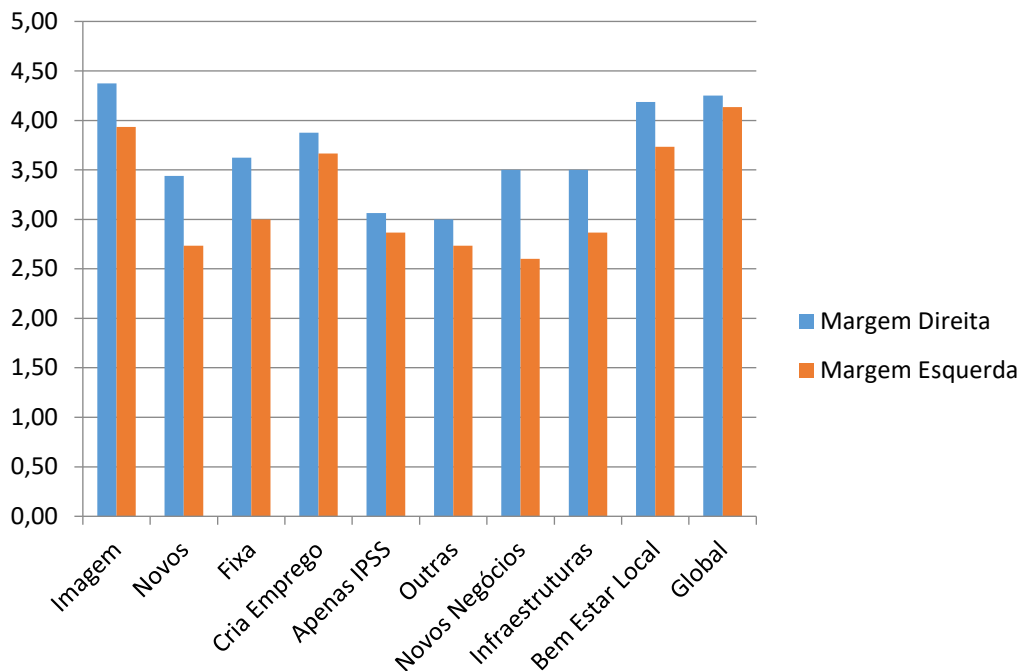
Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos no questionário

No gráfico 14 procura-se demonstrar a média da totalidade das respostas dos presidentes de junta, distinguindo os presidentes de junta com presença de IPSS e sem presença desta na sua freguesia.

A análise mais cuidada revela que os presidentes de junta onde não existe IPSS's tem uma percepção melhor do impacto destas, do que os que tem a presença, com exceção do que respeita à imagem da freguesia, onde aí claramente esta presença é entendida como um fator distintivo de quem a tem. Constatam-se que há várias médias negativas sobretudo onde existem IPSS no que concerne ao impacto destas na fixação e atração de residentes, na criação de emprego noutras freguesias do concelho e atração de novos negócios para a freguesia, e ligeiramente negativa no que respeita a uma distinção em termos de infraestruturas. Importante também referenciar que ambos percebem um impacto global semelhante, o que é elucidativo da capacidade destas organizações em criar empatia e impacto na comunidade local e na integração desta.

Gráfico 15 – Perceções dos presidentes de junta do impacto IPSS's nas freguesias - análise por margem do rio Lima

(resposta na escala de 1 a 5)

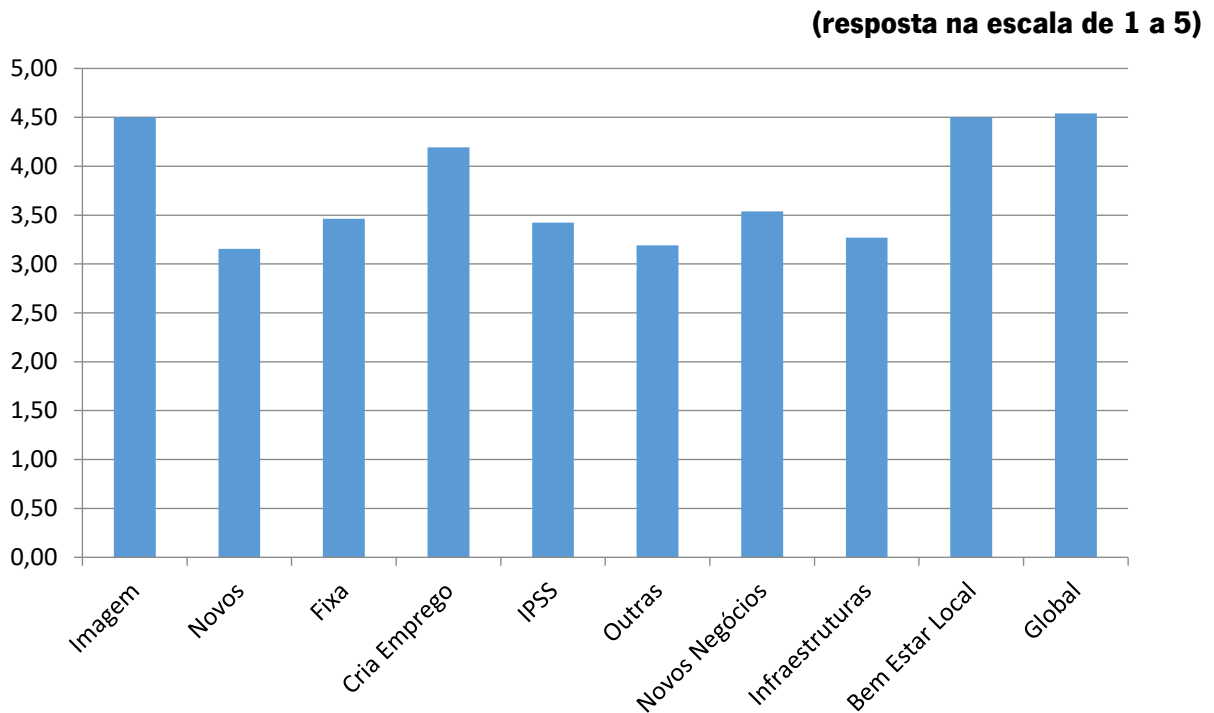


Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos no questionário

No gráfico 15 exploramos o ponto de referência para o concelho de Ponte de Lima, que é o rio Lima e apuramos que os presidentes de junta das freguesias da margem direita do rio Lima têm uma percepção bem mais positiva deste impacto nas suas freguesias do que os da margem esquerda, sendo que existe uma concentração maior de freguesias com IPSS's na margem esquerda, 10, e apenas 5 na margem direita. O que se constata é que existem diferenças em todos os itens avaliados, sendo que podemos constatar 6 itens com médias de resposta negativa no que respeita à margem esquerda, sublinhando, o que apresenta pior resultado, o de atração de novos negócios.

Ao relacionarmos este gráfico com o anterior podemos aferir que o facto de existirem mais freguesias sem a presença destas instituições não será o fator que mais impacta nesta diferença de médias, mas sim o facto de nestas freguesias da margem direita se sentir mais os impactos da presença das organizações da economia social pelos presidentes de junta.

Gráfico 16 – Perceções globais dos responsáveis de IPSS´s acerca do impacto nas freguesias

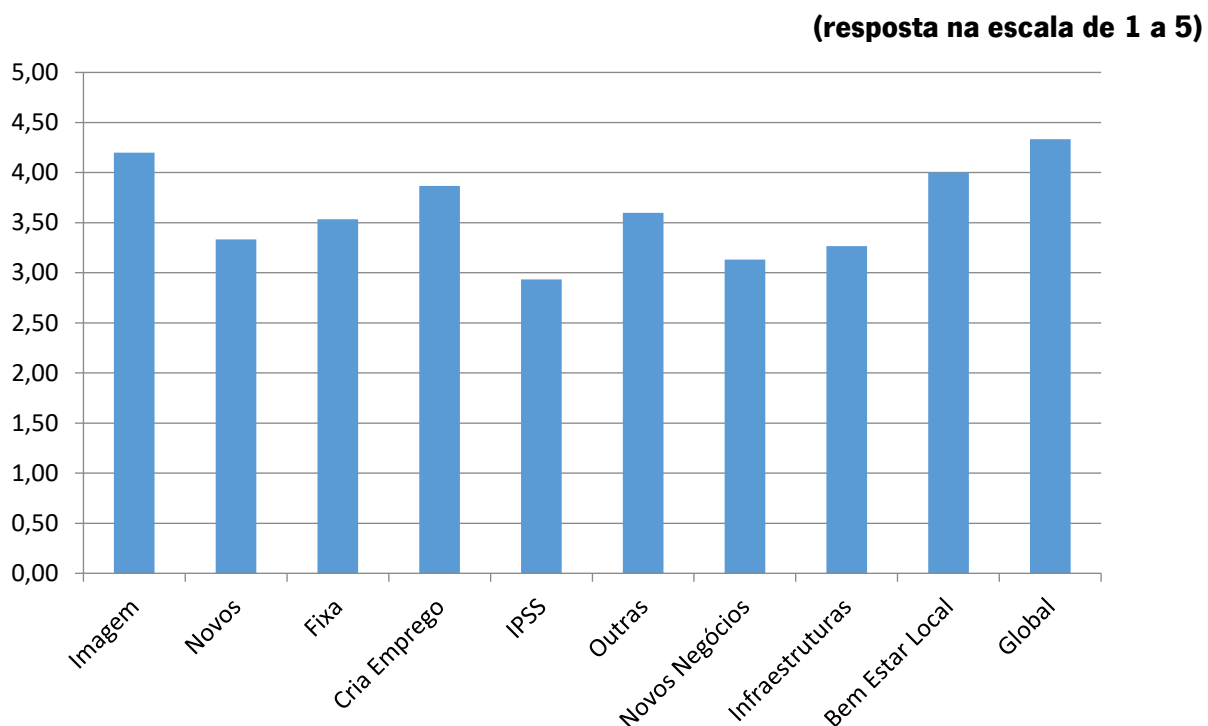


Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos no questionário

O gráfico 16 é elucidativo de uma perceção positiva da atividade das organizações nas freguesias por parte dos seus responsáveis, com valores muito positivos em termos de auxílio para a imagem das freguesias, criação de emprego impactos no bem-estar local e contributo global, realçando que não apresentam respostas negativas. Podemos observar também a ideia de que potencia mais a fixação de residentes do que a atração de novos e que cria mais emprego nas IPSS's do que noutras empresas do concelho, contribuindo sim para o aparecimento de novos negócios com uma média muito interessante de 3,5, numa escala de 1 a 5.

Analisaremos, em seguida, a opinião das empresas privadas com fins lucrativos que são fornecedoras destas organizações da economia social (gráfico 17).

Gráfico 17 – Perceções globais dos responsáveis de empresas do impacto das IPSS's nas freguesias



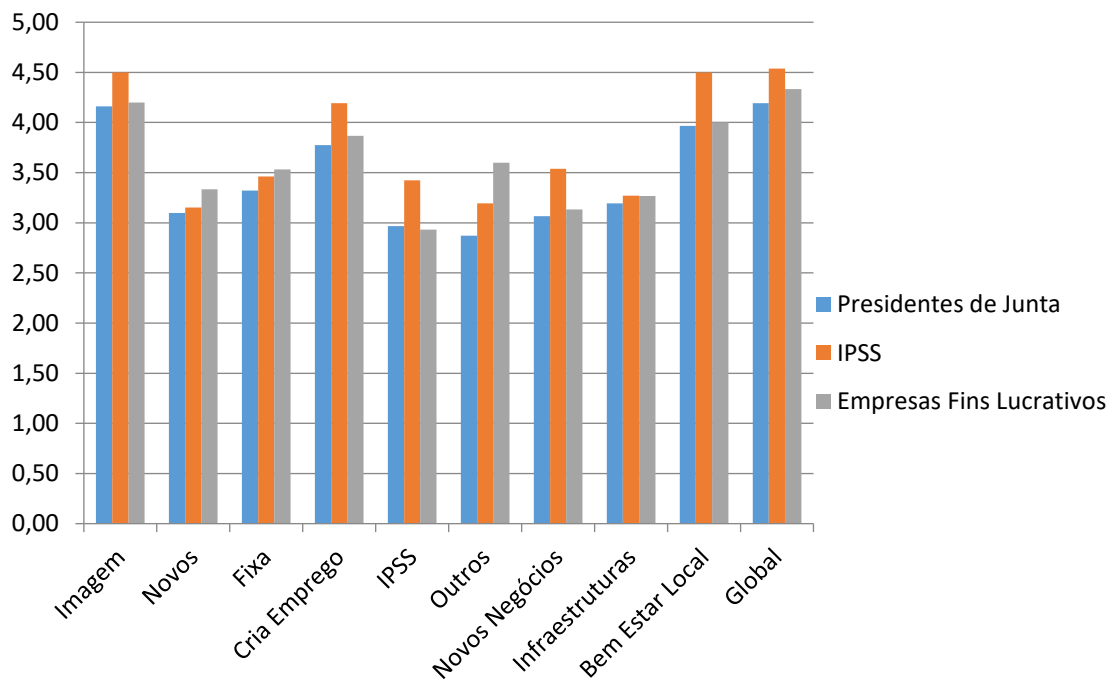
Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos no questionário

A demonstração de que o contributo destas organizações para o crescimento do emprego e desenvolvimento local é positivo e relevante e que também estas impactam positivamente nas empresas privadas com fins lucrativos, é reconhecido por estas ao classificarem com 3,60, numa escala de 1 a 5, a criação de emprego nas suas instituições como parte do impacto da economia social no concelho. Revelam médias positivas em todas as questões, com exceção na resposta à questão de que este impacto apenas cria emprego nas IPSS's o que reforça a importância da ação destas na comunidade local. A positividade do seu contributo global continua a ser o item mais bem avaliado no conjunto das questões colocadas com 4,33.

Após esta análise por grupos, é importante compararmos as perceções entre estes, pelo que no gráfico 18 expomos a mesma.

Gráfico 18 – Comparação das perceções entre grupos acerca do impacto das IPSS's nas freguesias

(resposta na escala de 1 a 5)



Fonte: Construção própria com base nos dados recolhidos no questionário

Da análise constatamos que quem maior média exhibe no conjunto das questões elencadas no estudo são os responsáveis de IPSS's, mas com os responsáveis das empresas privadas a relevarem em alguns dos itens maior perceção deste impacto que os primeiros, nomeadamente no que concerne à fixação e atração de residentes, bem como na questão relativa à criação de emprego em outras empresas do concelho.

Constata-se ainda que quem menor impacto perceciona das ações das IPSS's são os presidentes de junta, no entanto e como verificamos anteriormente apresentam médias muito positivas no que ao impacto global e na imagem das freguesias diz respeito.

Com a análise às perceções dos agentes económicos do concelho de Ponte de Lima obtivemos a resposta à questão: *Qual a perceção dos agentes económicos locais?*

A perceção dos agentes económicos é que as IPSS's impactam positivamente no quotidiano das comunidades locais. O tipo de resposta é:

- i) Positiva ao nível da fixação e atração de residentes, à melhoria das infraestruturas das freguesias e da atração de novos negócios ao concelho;
- ii) Muito positiva no que concerne à sua contribuição para a imagem das freguesias, para a criação de emprego nestas e para o seu bem-estar local;
- iii) Para além daquelas perceções, o mais sublinhado pelos respondentes, foi o facto de contribuírem “muito positivamente” para o desenvolvimento global das comunidades locais.

A título de curiosidade, e concluindo esta apresentação e análise de resultados, tendo presente os 457 postos de trabalho identificados para o ano de 2017, nestas 11 Instituições, considerando o salário mínimo nacional anual de 7 798 Euros e replicando as conclusões apuradas pelo estudo de Américo Mendes em 2018, onde cada euro injetado nestas instituições, o mesmo, se multiplica por 4,218, o impacto gerado no concelho de Ponte de Lima, destes postos de trabalho direto, terá sido, no ano de 2017, no mínimo de 15 031 627,55 Euros ($457 \times €7\,798 \times 4,218$). Este valor sublinha a importância da presença das instituições da economia social cujo impacto está muito para além do valor do esforço do investimento feito.

8. Discussão

O estudo apresentado pretendia compreender e mostrar o impacto que a presença das IPSS's tem a nível local, no contacto direto com as comunidades, no sentido de proximidade e inclusão social, mas também de reforço ao nível do emprego e integração social.

A importância e o peso da economia social no quotidiano das comunidades locais foram demonstrados na análise que efetuámos e verificámos um crescimento de 346 postos de trabalho no setor no período de 1995 a 2017. Do seu conjunto, 316 postos foram ocupados por pessoas do género feminino, o que se traduz numa taxa de crescimento de 329,17% naquele período temporal.

Constatámos, ainda, uma evolução muito positiva nas habilitações dos funcionários com uma redução em 47,99% dos que apresentam escolaridade inferior ao 2º ciclo. Mas, ao mesmo tempo, também se verifica uma tendência de envelhecimento ao nível etário. Estes dados dizem-nos que a evolução do nível de habilitações não resulta da substituição de funcionários, mas sim da valorização pessoal dos existentes, origem e consequência da inclusão social destes, e ainda numa aposta em colaboradores com mais qualificações nas novas contratações.

A visão de quem lida diariamente com a economia social gera a sua perceção própria sobre o tema, mas é importante perceber se os principais agentes dinamizadores da atividade das freguesias partilham da mesma perceção, tendo presente o atual contexto crescente da sua importância.

As expectativas apontavam para a existência de um forte crescimento das instituições do terceiro setor e uma abrangência territorial que permite o alargamento da sua ação a todo o concelho de Ponte de Lima. Havia, também, a perceção de que a sua ação contribuía para a melhoria da autoestima das populações e das freguesias onde estas estão presentes, e isso ficou patente na evolução demonstrada ao nível do crescimento de emprego e da evolução das habilitações literárias dos funcionários destas instituições. Tal situação deve-se, também, ao resultado da integração no mercado de trabalho e dos benefícios daí emergentes no que à inclusão social diz respeito.

O estudo, além da exposição dos números que compõem o emprego e as respostas sociais e respetivas evoluções, pretendia observar as perceções dos agentes económicos sobre o impacto das IPSS's na comunidade local. Neste contexto, esperava-se:

- i) Dos responsáveis das IPSS's, uma perceção de impacto muito positivo da presença destas junto da comunidade, quer no que toca à criação de emprego, quer à fixação de residentes;

- ii) Dos responsáveis das empresas, com fins lucrativos uma percepção de um impacto tendencialmente nulo na criação de emprego, fixação de residentes e dinamização de economia;
- iii) Dos presidentes de junta de freguesia, um impacto positivo aos dois níveis sendo as expectativas daqueles onde não existem IPSS mais otimistas no que concerne à fixação de residentes e criação de empregos, do que naquelas freguesias onde existem IPSS.

Contudo, após a análise aos resultados, confirmamos as nossas expectativas, com exceção das percepções dos responsáveis de empresas privadas. Estes demonstram uma percepção mais positiva que os presidentes de junta e muito interessante no que concerne ao impacto na criação e emprego junto de outras entidades, o emprego indireto, conforme referenciado nos estudos de Campbell (1999) e Almeida (2011), sendo o grupo que mais reconhece esse item.

Os resultados presentes no estudo permitem inferir um reconhecimento por parte dos agentes económicos e sociais do concelho da ação positiva das organizações da economia social, nomeadamente das IPSS's. Contudo, torna-se importante a adequação e a evolução dos meios de regulação, fiscalização e de apoio às organizações. As palavras *subsistência* e *humanização* foram muito referenciadas no nosso contacto nas IPSS's, são palavras focadas, também, com permanência no debate da economia social. Assim, urge agir sobre estas, atendendo à necessidade de intervenção das mesmas no contexto local, quer pelos responsáveis políticos, quer pela comunidade local.

Na União Europeia verificámos um progresso no que respeita às políticas sociais, com planos nacionais específicos de diversos Estados membros no sentido de proliferar a expansão da economia social, bem como a disponibilização de fundos estruturais com vista à dotação do terceiro setor de mais e melhores equipamentos e infraestruturas. Verifica-se ainda uma evolução positiva no que ao emprego neste setor diz respeito, sendo mais vincada nos períodos de crise.

Caracteriza-se, em Portugal, por uma abrangência cada vez maior e mais necessária, repercutida na crescente presença e alargamento de respostas sociais, conforme verificado no período 2000 a 2015, acompanhado por um crescente aparecimento de IPSS que procuram dar uma resposta mais presente e local à sociedade em geral, mas com especial relevância no que aos idosos diz respeito.

A revisão de literatura demonstra que as migrações para os centros urbanos, a crescente importância da mulher no emprego e o envelhecimento estão relacionados com a proliferação de instituições da economia social em Portugal.

O concelho de Ponte de Lima não foge a este padrão nacional e os dados apresentados apontam no sentido destas alterações na sociedade estarem na origem da proliferação destas instituições. Assim, consideramos que o presente estudo mostra positivos impactes da economia social no concelho e o reconhecimento da ação desta por parte dos agentes económicos, políticos e sociais.

A ação das organizações da economia social, como vimos, não passa apenas pela assistência aos necessitados, passa também pela dinamização das comunidades locais, contribui para a positividade e integração social dos membros destas.

A importância da implementação de políticas públicas que promovam a fixação de jovens nas freguesias, que promovam a natalidade e o envelhecimento qualitativo são fundamentais ao equilíbrio da sociedade e ao desenvolvimento sustentada desta.

A visão dos agentes locais e a verificação in loco da realidade é fundamental e constitui um desafio constante para todos nós que pretendemos um futuro mais equitativo e salutar para todos.

9. Conclusões, limitações e desafios futuros

O presente estudo permite concluir que a economia social e as suas instituições registaram um forte crescimento na sua implementação e abrangência em Ponte de Lima, para o período 1995 a 2017, podemos realçar:

- i) Taxa de crescimento de 329,17% no que respeita à criação de postos de trabalho;
- ii) Aumento de 38 unidades de resposta social e de 713 utentes abrangidos;
- iii) Melhoria significativa ao nível das habilitações dos funcionários, não por substituição dos existentes, mas por uma valorização destes, impacto ao nível da inclusão social;

Conclui-se que a economia social, nomeadamente através das instituições que a compõem, tem acompanhado com a sua evolução as mutações da sociedade em geral, respondendo sempre de forma abrangente e contribuindo para o desenvolvimento e integração da sociedade. Demonstrámos a forte presença e a necessidade destas no seio das freguesias do concelho de Ponte de Lima, que poderá servir de exemplo para outros concelhos. Também verificamos que os principais agentes políticos e económicos da comunidade reconhecem a presença, impactos e a necessidade das IPSS's nas freguesias, referindo, nos questionários lançados, como muito positivo o seu impacto:

- i) na imagem das freguesias;
- ii) para a criação de emprego nestas;
- iii) para o seu bem-estar local.

Apresentamos o que se passa num concelho do país, que certamente se repete em muitos mais concelhos, é pois necessária ação por parte de quem legisla no sentido de promover a instrumentos de sustentabilidade das organizações da economia social.

Mas, o presente estudo é, ainda, um produto inacabado. Por isso, constatamos a existência de limitações. Estas, quando ultrapassadas, melhoram o produto final e contribuem para fazer um upgrade no bem-estar da população. Assim, entre tais limitações destacamos:

- a) complementar o trabalho com uma análise qualitativa, através de entrevistas presenciais;
- b) alguma rigidez ao nível de disponibilização da informação por parte das instituições;
- c) promoção de um *focus group* que, com a presença dos diversos agentes, poderia enriquecer a perceção dos mesmos sobre as IPSS's.

A envolvimento, preocupação e a forma como as pessoas nos responderam, e se interessaram pelo presente estudo, são desafios para que, o mesmo, seja replicado em outros concelhos e alargado ao conhecimento da perceção de toda a comunidade sobre a ação destas instituições.

O debate futuro necessariamente tem de ter presente:

- i) a sustentabilidade destas instituições;
- ii) a necessidade destas respostas sociais, ou transformação das mesmas;
- iii) a premência de freguesias vizinhas estarem a promover os mesmos serviços em detrimento de outras mais deslocalizadas sem estes;
- iv) como se irão organizar em termos concelhios estas instituições que são concorrentes;
- v) cooperação entre instituições por forma a obter ganhos de eficiência;
- vi) qual a necessidade de atuarem no mercado das empresas sociais para prosseguirem a máxima de ajuda ao próximo.

As questões levantadas devem ser alvo de investigação e análise por parte dos responsáveis políticos locais e nacionais, como forma de se continuar a apoiar e confortar socialmente os mais necessitados, quer sejam necessitados de afetos quer sejam necessitados de meios financeiros.

A economia só será viável se for humana, para o homem e pelo homem.

(Kairol Woytila)

Bibliografia

- Almeida, A. (2015). *Perceção do contributo das instituições da Economia Social no desenvolvimento social local*. Braga. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho.
- Almeida, V. (2011). *As instituições particulares de solidariedade social, Governação e Terceiro Setor*. Coimbra. Edições de Almedina.
- Amaro, R. (2015). Economia Social e Solidária. *Fórum Europeu da Economia Social e Solidária, Bruxelas, 28 de janeiro de 2015*. Consultado em 30 de novembro de 2018, disponível em <https://www.esquerda.net/artigo/economia-social-e-solidaria/40964>
- Alvino-Borba, A. & Mata-Lima, H. (2011). Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.106, p. 219-24.
- Bidet, E. (2006). *Third system and employment in Europe*. EU Studies
- Caeiro, J. (2008). Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Revista Katál Florianópolis* v. 11 (1). Consultado em 29 de outubro de 2018, disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5234/4578>.
- Campbell, M. (1999). "The Third System, Employment and Local Development, - the European experience." *International Conference of the Third Sector*. Dublin: ISTSR.
- Carta Social (2015). *Relatório da Carta Social de 2015*. Consultado em 25 de novembro de 2018, disponível em <http://www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2015.pdf>.
- Comité Económico e Social Europeu (2007). *A Economia Social na União Europeia*. Consultado a 24 de outubro de 2018, disponível em http://www.ciriec.ulg.ac.be/wp-content/uploads/2015/12/EESC2007_-EnglishReport.pdf.
- Costa, M., Comello, D., Gomes, R., Rezende, M. & Nepomuceno, M.(2011). *Inclusão Social pelo Trabalho: a Qualificação Profissional para Pessoas com Deficiência Intelectual*. Minas Gerais. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 2 n.2, p. 200-214.
- Chaves, R. & Monzón, J. (2018). *Evolução recente da Economia Social na União Europeia*. Comité Económico e Social Europeu. Bruxelas.
- Defourny, J. (1992). *Economia social*. Entre economia capitalista e economia pública. Madrid. CIRIEC.

- Donati, P. (1997). *El desarrollo de las organizaciones del Tercer Sector en el proceso de modernización y más allá*. Revista Española de Investigaciones Sociológicas.
- Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Consultado em 16 de março de 2018, disponível em <http://cnis.pt/servicos-juridicos/legislacao/estatuto-das-ipss/>.
- Feliciano, J. (2011). A Diversidade e os Desafios da Economia Social e Solidária. *Fluxos & Riscos* n.º2: 11 – 16.
- Fernandes, J. (2016). *A Economia Social em Portugal – Necessidades, perspetivas e fontes de financiamento*. Porto.
- Franco, R. (2004). “Controvérsia em torno de uma definição para o terceiro sector”. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia e Universidade de Coimbra.
- Freitas, J. (2011). *Centros Sociais e Paroquiais, Redes de comunicação e de cooperação para a “terceira idade”: contexto institucional e social*. Porto. Tese de Doutoramento, Universidade Fernando Pessoa.
- Gavino, H. (2014). *O papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) na economia social: o caso do concelho de Peniche*. Dissertação de Mestrado. Santarém: Instituto Politécnico de Santarém – Escola Superior de Gestão e Tecnologia.
- Gouveia, P. (2009). *Municípios, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: caminho possível para um “outro” desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE.
- Graça, E. (2015). *A Economia Social – Esperanças e Oportunidades para o desenvolvimento*. CASES. Consultado a 1 de fevereiro de 2019, disponível em https://www.cases.pt/wpcontent/uploads/EG_2015_Cadernos_de_Economia_03.pdf.
- Hopkins, L. (2010). *Mapping the Third Sector: A context for social leadership*. Londres: Clore Social Leadership Programme.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2014). *Guia Prático – Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social, (9002-v4.02)*. Consultado a 2 de abril de 2018, disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/constituicao_ipss.

- Laville, J. (2005). *Economía solidaria, economía social, tercer sector: las apuestas europeas*. Biblioteca Virtual TOP.
- Lechat, N. (2002). “Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? Civitas – Revista de Ciências Sociais, vol. II, pp. 123-140. Consultado em 3 de fevereiro de 2019, disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192017000200007.
- Maia, L. (2018). Prefácio. In: Mendes, A. (2018). *A Importância Económica e Social das IPSS em Portugal*. Porto. CNIS.
- Marques, A., Gonçalves, C. & Veloso, L. (2013). *Trabalho, Organizações e Profissões: recomposições conceptuais e desafios empíricos*. Associação Portuguesa de Sociologia.
- Melo, J. (2013). A problemática e as políticas de desenvolvimento local. In Costa, J. (2013). *Compêndio de Economia Regional: volume I: teoria, temáticas e políticas*. Cascais. Principia
- Mendes, A. (2018). *A Importância Económica e Social das IPSS em Portugal*. Porto. CNIS.
- Mourão, P. (2007). Contributo para uma visão económica do associativismo religioso - o caso da localização das confrarias activas de Lisboa. *Revista de Economia del Rosário*.
- Namorado, R. (2004). A economia social – Uma constelação de esperanças. *Comunicação de Palestra*. Coimbra: Universidade de Coimbra – Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia.
- Namorado, R. (2017). O que é a Economia Social?. *Economia Social em Textos, 1*. Coimbra: Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social.
- Nicolau, I. & Simaens, A. (2008). Responsabilidade Social das empresas na Economia Social. RPBG, Vol.7. ISCTE. Lisboa. Consultado a 20 de janeiro de 2019 disponível em [Nicolau,I.&Simaens,A;OImpactodaResponsabilidadeSocialdasEmpresasnaEconomiaSocial;RPBG;Vol7;N.º1;ISCTE;Lx;Out-Dez2007Jan-Mar2008.pdf](http://www.iscte-iul.pt/Portals/0/ImpactodaResponsabilidadeSocialdasEmpresasnaEconomiaSocial;RPBG;Vol7;N.º1;ISCTE;Lx;Out-Dez2007Jan-Mar2008.pdf).
- Ramos, M. & Gonçalves, M.(2006) *Mobilité Géographique et Développement Local au Portugal In Colloque International Population et Travail – Dynamiques Démographiques et Activités, Associação Internacional dos Demógrafos de Língua Francesa (AIDELF)*. Universidade de Aveiro. 18-22/09/2006 (www.aidelf.org), 15p. Consultado em 19 de fevereiro de 2019 disponível em <http://retro.erudit.org/livre/aidelf/2006/001458co.pdf>.
- Ramos, M. (2011). *Economia Solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social*. Laboreal. Volume II(1:81-104).

- Ramos, M. (2017). *Economia solidária, inovação social, empreendedorismo e desenvolvimento local*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ramos, S. (2012). *O emprego no Terceiro Sector – uma análise comparativa*. Braga. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho.
- Reis, A. (1997). *A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima no Passado e no Presente*. Ponte de Lima.
- Ruivo, F. (2000). *Poder Local e Exclusão Social*. Quarteto. Coimbra.
- Sá, I. & Lopes, M. (2008). *História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498-2000*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Schnapper, D. (1997). *Contra o fim do trabalho*. Paris. Terramar.
- Souza, V. & Reis, A. (2005). Políticas públicas e a construção da identidade nas relações de trabalho. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 5, n.1. Consultado a 5 de março de 2019, disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/41/1613>
- Teixeira, A. (1996). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação*. Direcção-Geral da Acção Social. Consultado em 29 de novembro de 2018, disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/51886/IPSS_evolucao_regime_juridico/340318db-0930-494e-a716-6c9a1a84d066.
- Vieira, N., Parente, C. & Barbosa, A. (2015). *As abordagens do “terceiro setor”, da “economia social” e da “economia solidária” e suas vinculações com a inovação social*, 2ª Série (212: 6-13). IS Working Papers. Porto. Consultado a 17 de fevereiro, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79552/2/102792.pdf>
- Westlund, H. & Westerdahl, S. (1997). *Contribution of the Social Economy to Local Employment*. Östersund / Stockholm: Institutet för social ekonomi / Koopi.
- Zimmer, A. (2000). *The Third Sector in Germany*. Münster: Institut Für Politikwissenschaft. Westfälische Wilhelms Universität Münster.
- www.cases.pt/wp-content/uploads/EG_2015_Cadernos_de_Economia_03.pdf
- www.cases.pt/wp-content/uploads/Textos_de_economia_social.pdf

www.cnis.pt Consultado no período de janeiro a abril de 2019.

www.dn.pt/portugal/interior/portugal-no-top-5-da-economia-social-na-europa-9041280.html

www.ine.pt. Consultado no período de janeiro a abril de 2019.

www.pordata.com. Consultado no período de janeiro a abril de 2019.

ANEXOS

Anexo A - IPSS com respostas sociais no concelho de Ponte de Lima

| Misericórdia e IPSS'S | Respostas Sociais | Ano Início Resposta |
|--|-----------------------------------|---------------------|
| Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima | Lar Infância e Juventude | 1978 |
| | ERPI "Cónego Correia" | 1980 |
| | Jardim Infantil | 1980 |
| | Creche Ponte de Lima | 1983 |
| | ERPI CCA | 2015 |
| | Creche CCA | 2015 |
| | Cuidados Continuados Saúde | 2016 |
| | Centro de Dia | 2016 |
| Casa de Caridade Nsa. Sra. da Conceição | Apoio Domiciliário - P. Lima | 1992 |
| | Apoio Domiciliário- CCR | 2003 |
| | ERPI - Ponte de Lima | 1982 |
| | ERPI - Refoios do Lima | 2003 |
| | Centro de Dia | 2003 |
| Centro Social e Paroquial de Beiral do Lima | Centro de dia | 1998 |
| | Apoio Domiciliário | 1998 |
| Centro Social e Paroquial de Calheiros | Centro de Convívio | 2000 |
| | Apoio Domiciliário | 2000 |
| Centro Social e Paroquial da Correlhã | Apoio Domiciliário | 1997 |
| | Centro de Dia | 1993 |
| | ERPI | 1995 |
| Centro Paroquial e Social de Fornelos | Creche | 2003 |
| | ERPI | 2003 |
| | Centro de Dia | 2000 |
| | Apoio Domiciliário | 2000 |
| Centro Social e Paroquial de Rebordões Santa Maria | Centro de Convívio | 2001 |
| | Apoio Domiciliário | 2001 |
| Centro Social e Paroquial de S. Martinho da Gandra | Apoio Domiciliário | 1992 |
| | Centro de Dia | 2002 |
| | ERPI | 2002 |
| Casa do Povo de Vitorino de Piães | Creche | 1999 |
| | Centro de Dia | 1997 |
| Centro Paroquial e Social Sta. Maria dos Anjos | ATL | 1999 |
| | Centro de Convívio | 1999 |
| Lar Casa de Magalhães (Freixo) | Apoio Domiciliário | 2011 |
| | Centro de Dia | 2012 |
| | ERPI | 2003 |
| Centro Paroquial e Social de Fontão | Apoio Domiciliário | 1996 |
| | Centro de Convívio | 1996 |
| | ERPI | 1996 |
| APPACDM - Centro de Reab. PTL | Centro de Atividades Ocupacionais | 1999 |
| | Centro Formação Profissional | 1999 |
| Centro Paroquial e Social da Facha | Apoio Domiciliário | 2011 |
| | Centro de Dia | 2011 |
| | Creche | 2011 |
| ALTI CEPÕES | Centro de Dia e SAD | 2014 |
| AAPEL -Amigos Pessoa Especial Limiana | Centro de Atividades Ocupacionais | 2014 |
| Centro Social e Paroquial de Santa Cruz do Lima | Serviço de Apoio Domiciliário | 1999 |
| | ERPI | 1999 |

Fonte: Construção própria com base dados recolhidos Carta Social

Anexo B - Emprego remunerado na economia social em comparação com o emprego remunerado total na União Europeia, 2014-2015

| País | Emprego na ES (A) | Emprego total * (B) | % A / B |
|--------------------|--------------------------|----------------------------|----------------|
| Austria | 308 050 | 4 068 000 | 7,6% |
| Bélgica | 403 921 | 4 499 000 | 9,0% |
| Bulgária | 82 050 | 2 974 000 | 2,8% |
| Croácia | 15 848 | 1 559 000 | 1,0% |
| Chipre | 6 984 | 350 000 | 2,0% |
| Rep. Checa | 162 921 | 4 934 000 | 3,3% |
| Dinamarca | 158 961 | 2 678 000 | 5,9% |
| Estónia | 38 036 | 613 000 | 6,2% |
| Finlândia | 182 105 | 2 368 000 | 7,7% |
| França | 2 372 812 | 26 118 000 | 9,1% |
| Alemanha | 2 635 980 | 39 176 000 | 6,7% |
| Grécia | 117 516 | 3 548 000 | 3,3% |
| Hungria | 234 747 | 4 176 000 | 5,6% |
| Irlanda | 95 147 | 1 899 000 | 5,0% |
| Itália | 1 923 745 | 21 973 000 | 8,8% |
| Letónia | 19 341 | 868 000 | 2,2% |
| Lituânia | 7 332 | 1 301 000 | 0,6% |
| Luxemburgo | 25 345 | 255 000 | 9,9% |
| Malta | 2 404 | 182 000 | 1,3% |
| Países Baixos | 798 778 | 8 115 000 | 9,8% |
| Polónia | 365 900 | 15 812 000 | 2,3% |
| Portugal | 215 963 | 4 309 000 | 5,0% |
| Roménia | 136 385 | 8 235 000 | 1,7% |
| Eslováquia | 51 611 | 2 405 000 | 2,1% |
| Eslovénia | 10 710 | 902 000 | 1,2% |
| Espanha | 1 358 401 | 17 717 000 | 7,7% |
| Suécia | 195 832 | 4 660 000 | 4,2% |
| Reino Unido | 1 694 710 | 30 028 000 | 5,6% |
| TOTAL UE-28 | 13 621 535 | 215 722 000 | 6,3% |

Fonte: Relatório do Comité Económico e Social Europeu, "Evolução recente da Economia Social na União Europeia"

Anexo C - Evolução do emprego remunerado na economia social na Europa, 2002-2003, 2009-2010 e 2014-2015

| País | Emprego na economia social | | | Δ% 2010-2015 |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|
| | 2002/2003 | 2009/2010 | 2014/2015 | |
| Áustria | 260 145 | 233 528 | 308 050 | 31,9% |
| Bélgica | 279 611 | 462 541 | 403 921 | -12,7% |
| Bulgária | (n/a) | 121 300 | 82 050 | -32,4% |
| Croácia | (n/a) | 9 084 | 15 848 | 74,5% |
| Chipre | 4 491 | 5 067 | 6 984 | 37,8% |
| Rep. Checa | 165 221 | 160 086 | 162 921 | 1,8% |
| Dinamarca | 160 764 | 195 486 | 158 961 | -18,7% |
| Estónia | 23 250 | 37 850 | 38 036 | 0,5% |
| Finlândia | 175 397 | 187 200 | 182 105 | -2,7% |
| França | 1 985 150 | 2 318 544 | 2 372 812 | 2,3% |
| Alemanha | 2 031 837 | 2 458 584 | 2 635 980 | 7,2% |
| Grécia | 69 834 | 117 123 | 117 516 | 0,3% |
| Hungria | 75 669 | 178 210 | 234 747 | 31,7% |
| Irlanda | 155 306 | 98 735 | 95 147 | -3,6% |
| Itália | 1 336 413 | 2 228 010 | 1 923 745 | -13,7% |
| Letónia | 300 | 440 | 19 341 | (n/p) |
| Lituânia | 7 700 | 8 971 | 7 332 | -18,3% |
| Luxemburgo | 7 248 | 16 114 | 25 345 | 57,3% |
| Malta | 238 | 1 677 | 2 404 | 43,4% |
| Países Baixos | 772 110 | 856 054 | 798 778 | -6,7% |
| Polónia | 529 179 | 592 800 | 365 900 | -38,3% |
| Portugal | 210 950 | 251 098 | 215 963 | -14,0% |
| Roménia | (n/a) | 163 354 | 136 385 | -16,5% |
| Eslováquia | 98 212 | 44 906 | 51 611 | 14,9% |
| Eslovénia | 4 671 | 7 094 | 10 710 | 51,0% |
| Espanha | 872 214 | 1 243 153 | 1 358 401 | 9,3% |
| Suécia | 205 697 | 507 209 | 195 832 | -61,4% |
| Reino Unido | 1 711 276 | 1 633 000 | 1 694 710 | 3,8% |
| TOTAL UE-28 | 11 142 883 | 14 137 218 | 13 621 535 | -3,6% |

Fonte: Relatório do Comité Económico e Social Europeu, "Evolução recente da Economia Social na União Europeia"

Anexo D - Evolução da população em freguesias sem presença de IPSS (2001-2011)

| | 2001 | 2011 | Var. Total | Var. % |
|--|-------------|-------------|-------------------|---------------|
| Concelho de Ponte de Lima | 44343 | 43498 | -845 | -1,91% |
| Anais | 1176 | 1073 | -103 | -8,76% |
| Arcos | 658 | 640 | -18 | -2,74% |
| Bertiandos | 392 | 414 | 22 | 5,61% |
| Boalhosa | 215 | 163 | -52 | -24,19% |
| Brandara | 479 | 442 | -37 | -7,72% |
| Calvelo | 744 | 685 | -59 | -7,93% |
| Estorãos | 513 | 464 | -49 | -9,55% |
| Feitosa | 828 | 1363 | 535 | 64,61% |
| Friastelas | 515 | 450 | -65 | -12,62% |
| Gemieira | 572 | 598 | 26 | 4,55% |
| Gondufe | 435 | 450 | 15 | 3,45% |
| Labruja | 482 | 439 | -43 | -8,92% |
| Poiares | 847 | 775 | -72 | -8,50% |
| Ribeira | 1841 | 1902 | 61 | 3,31% |
| Sá | 406 | 420 | 14 | 3,45% |
| Santa Comba | 680 | 661 | -19 | -2,79% |
| Seara | 683 | 714 | 31 | 4,54% |
| Serdedelo | 500 | 464 | -36 | -7,20% |
| Rebordões (Souto) | 1253 | 1127 | -126 | -10,06% |
| Vitorino das Donas | 1059 | 1051 | -8 | -0,76% |
| Associação de freguesias do Vale do Neiva | 1072 | 1075 | 3 | 0,28% |
| Cabaços e Fojo Lobal | 1005 | 951 | -54 | -5,37% |
| Cabração e Moreira do Lima | 1048 | 987 | -61 | -5,82% |
| Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte | 470 | 417 | -53 | -11,28% |

Fonte: Elaboração própria com base nos Censos Populacionais de 2001 e 2011

Anexo E - Questionário

No âmbito do Mestrado em Economia Social da Universidade do Minho estou a elaborar um estudo, no sentido de aferir o impacto socioeconómico nas freguesias, do concelho de Ponte de Lima, por parte das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Este questionário será aplicado a agentes económicos do concelho de Ponte de Lima, nomeadamente Presidentes de Junta de Freguesia, Responsáveis de IPSS e Empresários.

Os resultados serão utilizados apenas para fins académicos, sendo este questionário anónimo não deverá colocar a sua identificação no mesmo. Não há respostas certas, nem erradas, pelo que solicito que responda de forma espontânea e sincera ao mesmo.

Agradeço desde já a sua colaboração.

(Continua)Pág. 1/3

(Continuação página anterior)

Entidade que representa Junta de Freguesia IPSS Empresa Privada

Se Seleccionou Junta de Freguesia indique por favor:

N.º Habitantes Até 300 Entre 300 e 750 Mais de 750

Localização Margem Direita Rio Lima Margem Esquerda Rio Lima

Se Seleccionou IPSS indique por favor:

N.º Trabalhadores Até 25 Entre 25 e 75 Mais de 75

Se Seleccionou Empresa Privada indique por favor:

N.º Trabalhadores Até 25 Entre 25 e 75 Mais de 75

Faixa Etária em que se insere Até 35 Anos 36-45 46-55

56-66 Mais de 66 anos

Na sua Freguesia existem IPSS's? Sim Não

Se sim, há quantos anos: Até 8 Anos 8 a 18 Anos Mais de 18 Anos

(Continua)Pág. 2/3

(Continuação página anterior)

Indique a perceção que tem quanto ao Impacto das IPSS nas freguesias do Concelho de Ponte de Lima, assinalando uma opção para cada uma das seguintes afirmações.

Sendo que 1 significa que Perceciona Pouco impacto e 5 que Perceciona Muito impacto.

| A presença de IPSS nas freguesias: | Pouco Muito | | | | |
|--|------------------------|----------|----------|----------|----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Contribui para uma melhor imagem da freguesia | | | | | |
| Atrai novos residentes | | | | | |
| Ajuda a fixar residentes | | | | | |
| Cria Emprego na Freguesia | | | | | |
| Apenas cria emprego na IPSS | | | | | |
| Cria emprego em outras empresas do concelho | | | | | |
| Atrai novos negócios para a freguesia | | | | | |
| Contribui para a melhoria de Infraestruturas na Freguesia (Estradas, Posto de Saúde, Limpeza, Transportes Públicos) | | | | | |
| Melhora o Bem-Estar da Comunidade local | | | | | |
| É Globalmente Positivo | | | | | |

Anexo F - Dados evolução colaboradores (1995 – 2017)

| Ano | N.º Funcionários | Genero | | Faixas Etárias | | | | | | Habilitações | | | |
|------|------------------|--------|-----|----------------|-------|-------|-------|-------|-----|--------------|-------------|--------------|-----------------|
| | | M | F | < 25 Anos | 26-35 | 36-45 | 46-55 | 56-66 | >66 | Até 6º Ano | 6º a 9º Ano | 9º a 12º Ano | Ensino Superior |
| 1995 | 111 | 15 | 96 | 9 | 38 | 47 | 10 | 6 | 1 | 71 | 25 | 7 | 8 |
| 1996 | 118 | 16 | 102 | 10 | 42 | 49 | 10 | 6 | 1 | 74 | 27 | 8 | 9 |
| 1997 | 129 | 16 | 113 | 12 | 45 | 53 | 12 | 6 | 1 | 79 | 33 | 8 | 9 |
| 1998 | 134 | 16 | 118 | 13 | 43 | 55 | 16 | 6 | 1 | 79 | 36 | 9 | 10 |
| 1999 | 138 | 16 | 122 | 13 | 44 | 55 | 19 | 5 | 2 | 80 | 38 | 9 | 11 |
| 2000 | 157 | 17 | 140 | 13 | 50 | 62 | 25 | 4 | 3 | 85 | 49 | 12 | 11 |
| 2001 | 177 | 17 | 160 | 12 | 49 | 72 | 35 | 6 | 3 | 84 | 56 | 22 | 15 |
| 2002 | 197 | 19 | 178 | 14 | 43 | 81 | 47 | 8 | 4 | 86 | 70 | 25 | 16 |
| 2003 | 240 | 19 | 221 | 17 | 54 | 93 | 57 | 18 | 1 | 104 | 76 | 36 | 24 |
| 2004 | 230 | 19 | 211 | 16 | 50 | 88 | 57 | 16 | 3 | 97 | 71 | 35 | 27 |
| 2005 | 245 | 21 | 224 | 18 | 59 | 82 | 63 | 16 | 7 | 98 | 77 | 39 | 31 |
| 2006 | 258 | 22 | 236 | 19 | 55 | 89 | 65 | 23 | 7 | 94 | 87 | 43 | 34 |
| 2007 | 274 | 26 | 248 | 11 | 73 | 92 | 76 | 17 | 5 | 94 | 100 | 45 | 35 |
| 2008 | 301 | 20 | 281 | 13 | 87 | 92 | 85 | 18 | 6 | 84 | 117 | 49 | 51 |
| 2009 | 309 | 20 | 289 | 13 | 94 | 83 | 92 | 22 | 5 | 80 | 125 | 50 | 54 |
| 2010 | 339 | 21 | 318 | 14 | 101 | 86 | 107 | 29 | 2 | 77 | 142 | 65 | 55 |
| 2011 | 328 | 26 | 302 | 13 | 96 | 87 | 102 | 29 | 1 | 80 | 128 | 71 | 49 |
| 2012 | 316 | 27 | 289 | 10 | 94 | 81 | 96 | 34 | 1 | 74 | 128 | 61 | 53 |
| 2013 | 337 | 27 | 310 | 13 | 89 | 94 | 96 | 44 | 1 | 68 | 139 | 73 | 57 |
| 2014 | 360 | 29 | 331 | 12 | 93 | 106 | 99 | 49 | 1 | 68 | 153 | 76 | 63 |
| 2015 | 402 | 34 | 368 | 11 | 104 | 128 | 106 | 52 | 1 | 68 | 164 | 94 | 76 |
| 2016 | 451 | 46 | 405 | 13 | 109 | 142 | 121 | 66 | 0 | 68 | 191 | 103 | 89 |
| 2017 | 457 | 45 | 412 | 14 | 110 | 138 | 123 | 72 | 0 | 73 | 182 | 106 | 96 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelas IPSS's

Anexo G - Dados evolução de utentes (1995 – 2017)

| Ano | Utentes | | | | | | | | | |
|------|----------|---------|--------|-----|-----|--------|-----------------|---------------|------|------|
| | Infância | | Jovens | | | Idosos | | | | |
| | Creche | J. Inf. | ATL | CAO | LIJ | SAD | Centro Convivio | Centro de Dia | ERPI | UCCI |
| 1995 | 44 | 90 | 30 | 0 | 49 | 16 | 0 | 36 | 158 | 0 |
| 1996 | 46 | 117 | 30 | 0 | 49 | 37 | 0 | 46 | 160 | 0 |
| 1997 | 62 | 120 | 30 | 0 | 46 | 64 | 0 | 62 | 161 | 0 |
| 1998 | 74 | 142 | 80 | 0 | 45 | 82 | 0 | 66 | 161 | 0 |
| 1999 | 101 | 154 | 80 | 0 | 44 | 81 | 0 | 64 | 160 | 0 |
| 2000 | 102 | 185 | 80 | 0 | 40 | 112 | 0 | 69 | 177 | 0 |
| 2001 | 132 | 166 | 80 | 0 | 41 | 141 | 10 | 81 | 191 | 0 |
| 2002 | 120 | 145 | 80 | 0 | 41 | 175 | 20 | 75 | 204 | 0 |
| 2003 | 123 | 143 | 95 | 0 | 44 | 175 | 20 | 78 | 233 | 0 |
| 2004 | 135 | 145 | 95 | 0 | 46 | 203 | 20 | 78 | 228 | 0 |
| 2005 | 144 | 146 | 44 | 0 | 47 | 203 | 20 | 78 | 235 | 0 |
| 2006 | 145 | 145 | 44 | 0 | 43 | 207 | 20 | 87 | 244 | 0 |
| 2007 | 166 | 127 | 30 | 0 | 42 | 220 | 20 | 90 | 243 | 0 |
| 2008 | 170 | 104 | 30 | 0 | 32 | 227 | 35 | 94 | 242 | 0 |
| 2009 | 167 | 99 | 30 | 0 | 32 | 223 | 35 | 92 | 245 | 0 |
| 2010 | 165 | 73 | 30 | 0 | 32 | 225 | 35 | 95 | 297 | 0 |
| 2011 | 174 | 73 | 30 | 0 | 30 | 227 | 35 | 94 | 306 | 0 |
| 2012 | 144 | 60 | 30 | 0 | 30 | 238 | 34 | 99 | 308 | 0 |
| 2013 | 151 | 62 | 30 | 0 | 29 | 240 | 34 | 70 | 326 | 0 |
| 2014 | 149 | 62 | 30 | 0 | 19 | 244 | 34 | 90 | 326 | 0 |
| 2015 | 160 | 62 | 30 | 12 | 23 | 254 | 34 | 101 | 348 | 0 |
| 2016 | 173 | 62 | 30 | 20 | 22 | 270 | 36 | 128 | 371 | 29 |
| 2017 | 178 | 62 | 90 | 52 | 9 | 308 | 55 | 146 | 370 | 29 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelas IPSS's

Anexo H – Média das respostas aos questionários (Escala de 1 a 5)

| | Imagem da freguesia | Novos residentes | Fixa residentes | Cria Emprego na Freguesia | Apenas IPSS | Outras Empresas | Novos Negócios | Infraestruturas | Bem-Estar Local | Global |
|--------------------------------------|---------------------|------------------|-----------------|---------------------------|-------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|--------|
| Global | 4,29 | 3,17 | 3,42 | 3,94 | 3,13 | 3,14 | 3,25 | 3,24 | 4,17 | 4,35 |
| Presidentes de Junta Total | 4,16 | 3,10 | 3,32 | 3,77 | 2,97 | 2,87 | 3,06 | 3,19 | 3,97 | 4,19 |
| Presidentes de Junta com IPSS | 4,05 | 3,24 | 3,52 | 3,76 | 2,95 | 3,14 | 3,33 | 3,33 | 4,10 | 4,19 |
| Presidentes de Junta sem IPSS | 4,40 | 2,80 | 2,90 | 3,80 | 3,00 | 2,30 | 2,50 | 2,90 | 3,70 | 4,20 |
| Presidentes de Junta Margem Direita | 4,38 | 3,44 | 3,63 | 3,88 | 3,06 | 3,00 | 3,50 | 3,50 | 4,19 | 4,25 |
| Presidentes de Junta Margem Esquerda | 3,93 | 2,73 | 3,00 | 3,67 | 2,87 | 2,73 | 2,60 | 2,87 | 3,73 | 4,13 |
| Responsáveis IPSS | 4,50 | 3,15 | 3,46 | 4,19 | 3,42 | 3,19 | 3,54 | 3,27 | 4,50 | 4,54 |
| Empresas Privadas | 4,20 | 3,33 | 3,53 | 3,87 | 2,93 | 3,60 | 3,13 | 3,27 | 4,00 | 4,33 |

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas aos questionários